

Mala Direta Postal
Básica
W0428000011 DABRU
FIDCRUZ
...CORREIOS...



Amanhã vai ser outro dia! X?
DITADURA 50 ANOS



ENTREVISTA

Eddie Cottle fala sobre o legado da Copa na África do Sul

CONAE

A Conferência que não aconteceu

Conheça o
Poli

**Material
Educativo**

Publicações



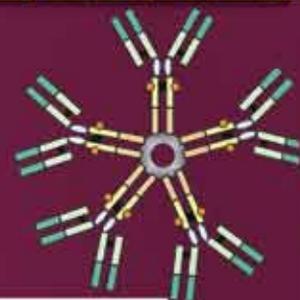
**Ensino Médio Integrado à
Educação Profissional**



PROEJA

**Ensino Profissionalizante
para Jovens e Adultos**

**Programa
de Vocação
Científica**



Revista

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

Biblioteca Virtual em Saúde
Educação Profissional em Saúde



RETS

**Rede Internacional de Educação
de Técnicos em Saúde**

**Observatório
Juventude C&T**



**OBSERVATÓRIO
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Capa	4
Afasta de mim essa sombra	
Almanaque	10
Entrevista	11
Eddie Cottle - 'A Copa do Mundo contribuiu para o aumento da desigualdade na sociedade sul-africana'	
Saúde Materno-infantil	14
Parir e nascer no SUS	
Conae	20
Silêncio no Salão	
Livros	24
Uma importante contribuição na luta por Justiça Ambiental e Saúde	
Dicionário	25
Desobediência Civil	

No geral, o Brasil se preparava para lembrar os 50 anos do Golpe que instaurou a violência e cerceou liberdades por mais de duas décadas, quando, em plena democracia, começa a reviver um clima generalizado de repressão do Estado. Como resposta às manifestações sociais que vêm reivindicando as muitas promessas não cumpridas, a polícia endureceu nas ruas e os políticos que deveriam representar a vontade popular endureceram nos seus palácios. No momento em que esta revista é produzida, discutem-se no Congresso Nacional diferentes versões de projetos que criam o crime de terrorismo e outras estratégias que, sob o argumento de conter a violência de 'vândalos', criminalizam os movimentos sociais e ferem o direito de manifestação. Não por acaso, tem-se falado tanto em 'Estado de exceção' e classificado esses projetos como 'AI5 da democracia'. Tem um cheiro de ditadura no ar mas, como a matéria de capa da Poli vai mostrar, o que esse odor denuncia é um Estado cuja missão é garantir interesses específicos e poderosos, lançando mão das armas que estiverem disponíveis, com ditadura ou com democracia. Não é por acaso que a historiografia crítica hoje prefere chamar o golpe de 'civil-militar'.

No específico, a Poli se preparava para cobrir a 2ª Conferência Nacional de Educação quando, em pleno processo de participação social, o Ministério da Educação decide, unilateralmente, adiar o evento que aconteceria dali a menos de um mês. Não precisou de polícia nem violência para desmobilizar milhares de pessoas que se organizavam para pressionar parlamentares e governo em defesa da educação pública e com padrões de qualidade, elementos disputados em diferentes versões do Plano Nacional de Educação que tramita no Congresso Nacional. Segundo entidades e movimentos sociais diversos, foi um ato político com argumento administrativo. São as armas da democracia.

Uma pauta positiva da área da saúde mostra o outro lado desse contexto. Com relato de experiências e discussões cientificamente fundamentadas, a matéria mostra como o processo de gestação e parto pode ser mais humanizado e saudável, quando pensado sob óticas diferentes daquelas definidas pelo complexo médico-industrial, e que têm orientado as concepções de saúde da população e a prática dos seus profissionais.

Todo esse contexto de lamento - pelo ontem e pelo hoje - e ao mesmo tempo de alerta para o que virá está presente também no Almanaque, que mostra o apoio da imprensa a repressão de ontem e hoje; no 'Dicionário', que discute a ideia de desobediência civil; e na seção 'Livros', que traz a resenha da autobiografia de Cid Benjamin, sobre sua militância contra a ditadura.

Tudo se encaixa numa engajada - e nada imparcial - coerência editorial. Não é coincidência. É História.

Boa leitura.

Ano VI - Nº 33 - mar./abr. 2014
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Abrantes, Cristina Barros, Grasielle Nespole, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Kelly Robert, Leandro Medrado, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Marcelo Coutinho, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tais Salvina, Tania Camel, Valéria Carvalho.



/epsjvfocruz



@epsjvfocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editora

Cátia Guimarães

Repórteres

André Antunes

Viviane Tavares

Raquel Torres (Especial)

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Fotos da Capa

Agência Brasil e CCBB- RJ

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,

Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484

comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Afasta de mim essa sombra

Arcabouço legal e constitucional, ações violentas e assuntos ainda velados: resquícios da ditadura ainda estão entre nós

Viviane Tavares



A data de 31 de março deste ano nos traz à lembrança um momento que não devemos apagar da memória: os 50 anos do Golpe da Ditadura Militar. Após as jornadas de junho, as tramitações de leis atuais e a quase diária incursão policial sobre as populações pobres, com uma violência promovida pelo Estado, mostram que ainda há sombras destes tempos. Os resquícios desse período permanecem ainda na Constituição e com grandes empresas que nasceram ou cresceram às custas da ditadura, em áreas como a construção civil e a comunicação. O alcance da Comissão Nacional da Verdade está aquém de países que passaram por ditaduras no mesmo período, como Argentina, Chile e Uruguai, e uma das provas é que, aqui, nenhum integrante do regime militar foi preso até hoje.

Os números dos tempos ditatoriais impressionam. Foram mais de 20 mil submetidos à tortura física, 360 mortos, incluindo 144 dados como desaparecidos. Mas os números atuais são ainda mais alarmantes: mais de 18 mil jovens morrem ao ano, segundo o Mapa da Violência 2013, 47 mil pessoas estavam presas indevidamente, de acordo com relatório publicado em 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e, até agora, dez pessoas morreram em decorrência da violência nas manifestações que começaram em 2013. Além disso, o Brasil ainda convive com uma triste realidade: somos o único país da América Latina onde os casos de tortura aumentaram após o regime militar, como aponta o filósofo Vladimir Safatle. De 1984 para cá, casos simbólicos como o Massacre do Carandiru, a Chacina da Candelária, o recente desaparecimento do pedreiro Amarildo, em um Estado democrático de direito, mostram que as raízes dos tempos ditatoriais ainda não foram cortadas.

A professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) Virginia Fontes lembra que a violência traz traços de outros tempos, e que se fortaleceu de 1964 para cá. “A tortura e o assassinato fazem parte de uma tradição perversa do Brasil, que, em parte, deriva da escravidão. Só em parte, porque ela já acabou há 100 anos. A ditadura reconstitui e reproduz as práticas escravistas num trato com descontentamento popular. A tortura passa a ser feita em alta escala, é institucionalizada, o desaparecimento é mais ou menos oficializado, e a correlação entre os grandes proprietários e o Estado é coisa normal e banalizada. Essa é uma das piores coisas da ditadura, porque foi neste momento que militarizamos as polícias, subordinando-as às forças armadas que institucionalizaram a tortura, e toda uma cadeia de legitimação dessas práticas, que teoricamente acaba com a ditadura, mas que vemos todos os dias”, lembra a pesquisadora.

O professor de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Demian Melo lembra que o período de transição da ditadura só foi concluído quando o conceito de democracia estava reduzido. “E isso não foi por acaso”, destaca ele. “A democracia no século 20 se caracterizava pela existência de direitos, não só direitos civis e políticos, mas também sociais. Com o processo de hegemonia do neoliberalismo, criou-se uma ideia de democracia na qual os direitos sociais são apenas um detalhe”, explica, e completa: “Consolidou-se, portanto, no Brasil, após o regime ditatorial, um regime liberal. E, desde a independência até hoje, nunca se viveu com tanta estabilidade. Mas, ao mesmo tempo, tem havido um recrudescimento do aparelho repressivo do Estado, que não é um fenômeno só brasileiro”, lembra Demian, e completa: “O grande movimento popular em combate à ditadura foi a ‘Diretas Já’,

e foi derrotado. Ele precisava do apoio de um parlamento que ainda era fruto da ditadura, que tinha senador biônico, e quem assume a presidência da república é o José Sarney, que fez parte da ditadura. Foi uma saída da ditadura mais pactuada, o que não quer dizer que não teve muita luta política, mas que não foram capazes de derrotar e muitas coisas foram sendo acordadas”, explica.

Resquícios legais

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição em vigor até hoje no Brasil. A nova Constituição trouxe em seus 245 artigos maior efetividade aos direitos fundamentais, além de qualificar como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o Estado democrático e a ordem constitucional. Além disso, foi estabelecida a eleição direta para cargos de presidente da república, governador, prefeito, deputado federal, estadual e distrital, senador e vereador. Mas, como aponta o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e cientista político Jorge Zaverucha, no artigo ‘Relações Civil-Militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988’, “uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969”. De acordo com o pesquisador, as cláusulas relacionadas às Forças Armadas, Polícias Militares, sistema judiciário militar e segurança pública em geral não foram alteradas. Foi mantido também, segundo ele, o conteúdo que trata da propriedade de terras – em um contexto anterior ao ditatorial, em que 72% dos brasileiros consideravam a Reforma Agrária necessária - e dos meios de comunicação.

Jorge Zaverucha explica que durante a elaboração da Carta Magna, as Forças Armadas nomearam 13 oficiais superiores com intuito de fazer *lobby* pelos interesses militares ante os constituintes. “Este *lobby* era muito bem

organizado, chegando a levar os congressistas para visitar as instalações militares em todo o país”, relata. Ele aponta ainda diversos nomes que participaram do processo constituinte, como o de Jarbas Passarinho, coronel de reserva, ministro dos governos de Médici e Figueiredo e um dos signatários do Ato Institucional nº 5, que presidiu a Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições, responsável pelo capítulo das Forças Armadas e Segurança Pública. “As Forças Armadas possuem mais poder do que o senso comum pensa”, diz Jorge, em entrevista à Poli.

A Constituição traz em seu artigo 142 que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. “São os militares que têm o poder constitucional de garantir o funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário, a lei e a ordem, quando deveria ser o inverso. Ou seja, as Forças Armadas são baluartes da lei e da ordem definidas por elas mesmas, não importando a opinião do Presidente da República ou do Congresso Nacional. Portanto, cabe às Forças Armadas o poder soberano e constitucional de suspender a validade do ordenamento jurídico, colocando-se legalmente fora da lei”, interpreta Jorge. A Constituição também não define o que é a ordem que o artigo 142 determina estar sob o poder da Força Militar. Mas, ao longo do texto constitucional, o termo “ordem” aparece várias vezes: no preâmbulo (ordem interna e internacional); no artigo 5º (ordem constitucional); no artigo 34, III, e no caput dos artigos 136 e 144 (ordem pública e social); no caput do artigo 170 (ordem econômica) e no caput do artigo 193 (ordem social). “Destes modos, as Forças Armadas garantem a ordem constitucional, pública, política, social e econômica. Haja poder”, enfatiza Jorge, que completa: “Na prática, termina cabendo às Forças Armadas decidir quando houve violação da lei e da ordem. E quem as violou. E o que é mais grave: basta determinada ordem do Executivo ser considerada ofensiva à lei e à ordem para que os militares possam constitucionalmente não respeitá-la”.

Os resquícios legais deste tempo não se bastam apenas na Constituição. Os trabalhadores sofreram também com a repressão à organização, com a lei antigreve (4330/1964), que foi revogada pela Lei nº 7.783, em 1989, mas que restringe e dita regras de como deve ser a greve, e com a flexibilização do trabalho com o fim da estabilidade no trabalho criado pela lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 1966. O professor da UFRJ Demian Melo explica que esta iniciativa fez parte de um conjunto de ações que serviriam para sustentar o empresariado em ascensão no país. “O milagre econômico, em primeiro lugar, foi o resultado da forma como o Brasil saiu da crise, que se instalou no governo de João Goulart, a partir de 1962, quando se iniciou um processo recessivo na economia brasileira. Com uma crise cíclica daquela magnitude, era necessário para os interesses do capital aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, a ditadura foi muito eficiente porque decapitou toda a liderança dos movimentos operários daquele momento. A ditadura fez um expurgo no aparelho sindical e implementou uma legislação que flexibilizava as relações de trabalho do setor privado, que é o FGTS, criando alta rotatividade de empregos e, por conseguinte, facilidade de aumento da taxa de lucros”, explica.

A Lei de Segurança Nacional, (nº 7.170, de 1983), outro resquício daqueles tempos, foi consultada recentemente em São Paulo, para enquadrar um casal de manifestantes durante as jornadas de junho do ano passado, que teve início em protesto ao reajuste das passagens. O casal foi preso devido ao artigo 15 da Lei, que define como crime “praticar sabotagem contra instalações militares, meios de comunicações, meios e vias de transporte, estaleiros, portos, aeroportos, fábricas, usinas, barragem, depósitos e outras instalações congêneres” e prevê pena de reclusão de

três a dez anos. Muitos defensores dos direitos humanos à época julgaram a decisão inconstitucional, a pena foi relaxada, mas a sombra de novas convocações com base nesta lei continua. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Wadhi Damous explica que a lei não pode ser aplicada nos dias atuais. “A Lei de Segurança Nacional foi editada ainda à época da ditadura, embora seja em 1983, quando ela estava perto de se encerrar, e é um instrumento autoritário, que tem a mesma ideologia das leis de segurança anteriores do Estado Novo e de 1964, que é a proteção do Estado e não da sociedade”, explica. O professor de direito penal do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmeq) e membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, Taiguara Souza, informa ainda que esta lei entra em conflito com o conteúdo da Constituição. “Por uma série de razões essa lei, portanto, não pode prosperar. Quando saímos de um regime de exceção e entramos numa suposta democracia, aquela legislação anterior à nova Constituição, que demarca o Estado democrático de direito, entra em descompasso com a nova legislação. A doutrina chama isso de um fenômeno de não recepção da norma. Ainda que esteja em vigor, ela não pode ser aplicada porque está em descompasso com essa ordem jurídica que surge em 1988. Portanto, uma lei que é característica de um Estado ditatorial não pode vigorar em regime democrático”, explica.

A Lei da Anistia (6.683/79) foi concebida após fortes pressões sobre o governo João Baptista Figueiredo. O ponto mais polêmico da lei já vem a partir de seu primeiro artigo, que inclui os militares entre os anistiados. O Brasil é o único país da América Latina que não puniu nenhum de seus repressores devido ao perdão político não ter sido dado apenas aos presos,

torturados e exilados, mas também aos torturadores e assassinos. “A Lei de Anistia foi mais um golpe da ditadura, que estabeleceu uma anistia que esquece o pior dos crimes que é o fato de as instituições que têm obrigação de respeitar a lei a desrespeitarem”, analisa Virginia Fontes.

Duas outras leis ainda repararam certos danos deixados pela Lei da Anistia: a 9140/1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação em atividades políticas, além de criar uma comissão especial para a concessão de indenização às vítimas; e a lei 10.559/02, que estendeu a anistia aos cidadãos que sofreram perseguição política entre setembro de 1946 e outubro de 1988. Além de indenizações, o tempo de afastamento passou a contar para fins trabalhistas. “Os dilemas entre lei e justiça, entre anistia e punição, não foram resolvidos com a Lei dos Desaparecidos (lei 9.140/95), cujos limites estão vinculados à anistia e à interpretação de que esta fora recíproca em nosso país. A anistia com impunidade não introduziu o esquecimento entre as vítimas de crimes como a tortura, os assassinatos e o desaparecimento. Ao contrário, lhes dificultou o luto. Essa ausência do luto estabeleceu uma tensão entre as esferas pública e privada na política brasileira, explicita os limites da democracia no Brasil e o legado deixado na ditadura”, explica Janaina Teles, ex-presença política e historiadora, em seu livro ‘Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil’.

Ditadura hoje

Exemplos de leis em tramitação ou já aprovadas que remetem aos anos de chumbo não faltam. A mais recente, aprovada e sancionada pela presidente Dilma Rousseff, foi a Lei 12850/2013 que considera “organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional”. A pena prevista é de oito anos de prisão, podendo ser estendida. Esta lei, inclusive, ajudou a enquadrar diversos manifestantes no Rio de Janeiro. Desde a sua aprovação, essa lei já



recebeu diversas críticas devido a iniciativas que ela prevê e que podem ser usadas e interpretadas para facilitar a interceptação de ligações telefônicas, acesso sem autorização judicial a dados de empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito, além de prever que policiais possam se infiltrar em atividade de investigação. “De maneira alguma, a autoridade policial poderia imputar àquele que está exercendo o seu direito de manifestar sua opinião ou o direito da liberdade de reunião”, explica Taiguara Souza.

Ainda na carona para enquadrar manifestações, após a trágica morte do cinegrafista Santiago Andrade, que foi atingido por um rojão na cabeça durante um protesto, começou a tramitar no Senado Federal o Projeto de Lei conhecido como ‘Lei Antiterrorista’ ou mais conhecido como AI5 da Democracia, de nº 499/2013, que até o fechamento desta matéria não tinha ido a votação no Plenário. O projeto aponta, por exemplo, penas de até 30 anos para quem “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à privação de liberdade de pessoa”. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Wadih Damous, aponta que esse texto pode dar margem a diversas interpretações. “A lei antiterrorismo aponta condutas que não estão descritas na lei, portanto, dá margem para o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia enquadrarem todo mundo como terrorista. Em dia de jogo, a torcida do Flamengo pode causar pânico e, por conta disso, eles podem pegar até 30 anos de cadeia”, ironiza, e conclui: “Se isso for aprovado, será um duríssimo retrocesso contra a democracia”.

Indo ao encontro deste projeto, no mês de dezembro de 2013, o Ministério da Defesa, por meio da Portaria 3.461/MD, aprovou o Manual da Lei e da Ordem, que orienta sobre como deve proceder uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, “de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado com o objetivo de preservar a ordem pública”. Esta operação deve acontecer quando há o esgotamento dos meios de segurança tradicionais em determinada ocasião e a ação deverá ser autorizada pelo Presidente da República, que concede, na ocasião, poder de polícia aos militares. Considerado o AI nº do governo Dilma, o manual concede às Forças Armadas a condição de planejar, organizar, gerenciar e efetuar ações repressivas contra, por exemplo, manifestações públicas, quando estas forem interpretadas como ameaças - entendidas como “atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio”, e podem ser praticados por forças oponentes, definidas como “pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Polícia para que polícia?

O pesquisador Jorge Zaverucha descreve que em 1969, auge da repressão policial, “a PM foi lançada nas ruas com o objetivo de fazer o papel do policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, aí incluindo o controle do tráfego de veículos. Foi retirada a prerrogativa jurisdicional do delegado de polícia para realizar a instrução dos processos sumários”. De acordo com Jorge, o governo federal extinguiu as Guardas Civas do Brasil, passando as atribuições destas para a PM. Por outro lado, Polícia Civil perdeu suas atribuições naquela época para a polícia militar. Antes desta data, era ela a responsável pelo patrulhamento das ruas e do trânsito, além da atuação na prevenção e repressão ao crime, fazendo também segurança de governadores e de altos cargos.

Além disso, o pesquisador lembra que a forma como as policiais militares se organizam hoje, sendo auxiliares do Exército, é comum em regimes ditatoriais. Hoje os governos estaduais que pagam os salários da PM, mas os armamentos que as tropas usam e a decisão sobre a forma como devem

ser alinhadas ou onde devem ser construídos novos quartéis fica a cargo da Inspeção Geral da Polícia Militar (IGPM), sob comando do Ministro da Defesa. A instrução militar, o regulamento e a justiça militar se mantêm desde o governo do general Médici.

Em 1988 houve uma certa pressão para que a polícia fosse desmilitarizada, mas o texto final da Constituição, como aponta Zaverucha, não conseguiu se desvincular do regime autoritário. “Terminaram por constitucionalizar a atuação de organizações militares em atividades de polícia (Polícia Militar) e defesa civil (Corpo de Bombeiros), ao lado das polícias civis. As polícias continuaram constitucionalmente, mesmo em menor grau, a defender mais o Estado que o cidadão. Deste modo, os bens do Estado são mais importantes do que a vida e os bens dos cidadãos que sustentam o Estado com seus impostos”, explica.

O presidente da comissão de direitos humanos da OAB, Wadih Damous, entende que a violência policial é decorrente da sua atuação

“Ataques a quartéis e sentinelas, assassinatos de civis e militares, sequestros, roubos a bancos e ações terroristas. Estava implantado o terror”. Com essa justificativa que pode ser encontrada no site do 1º Batalhão de Polícia de Choque Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) de São Paulo é que se deu origem a uma das polícias mais violentas do Brasil. O embrião de outra polícia especial, o Batalhão de Polícias Especiais do Rio de Janeiro (Bope) é da mesma década. Em 1978, o Núcleo da Companhia de Operações Especiais (Nucleo), que depois de menos de duas décadas viera a se transformar no Batalhão, teve sua origem após o episódio no Instituto Penal Evaristo de Moraes, quando presos tentaram fugir e acabaram assassinando o então diretor do presídio.

Imprensa e ditadura

“... cuja subversão além de bloquear os dispositivos de segurança de todo o hemisfério, lançaria nas garras do totalitarismo vermelho, a maior população latina do mundo ...”, trecho do editorial ‘A Grande Ameaça, do jornal Folha da Tarde. “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!”, do editorial ‘Basta!’, do Correio da Manhã, “*Quem quisesse preparar um Brasil nitidamente comunista não agiria de maneira tão fulminante quanto a do Sr. João Goulart a partir do comício de 13 de março...*”, chamada de capa do Jornal do Brasil.

Estes são alguns exemplos do apoio da imprensa brasileira no dia que antecedeu ao golpe civil-militar. O dia seguinte não foi diferente: “*Feliz a nação que pode contar com corporações militares de tão altos índices cívicos*”. “*Os militares não deverão ensarilhar suas armas antes que emudeçam as vozes da corrupção e da traição à pátria*”, chamada no Jornal o Estado de Minas. “*Dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às suas imposições*”, o Estado de São Paulo. E, o mais conhecido de todos, do clássico editorial do Globo, intitulado ‘Ressurge a Democracia’: “*Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições*”.

Cinquenta anos depois, as manifestações são unânimes em gritar: “A verdade é dura: a rede

Globo apoiou a Ditadura”. Não por acaso, em meio a esse novo momento de mobilização social, no dia 31 de agosto do ano passado, o próprio grupo empresarial anunciou um *mea culpa*, que ganhou destaque em todos os seus veículos. O trecho não só aponta outros jornais como também justifica a posição pelo medo do risco ao golpe comunista no lugar do golpe militar. “A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O Globo, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como ‘O Estado de S. Paulo’, ‘Folha de S. Paulo’, ‘Jornal do Brasil’ e o ‘Correio da Manhã’, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas no Rio, São Paulo e outras capitais. Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma ‘república sindical’ — e de alguns segmentos das Forças Armadas”, diz parte do texto.

O professor Renato Lemos aponta duas dimensões importantes que devem ser levadas em conta quando o assunto é a relação da imprensa com o golpe civil-militar. “Como aparato ideológico, a imprensa foi fundamental para o golpe, e aí entram diversas empresas, como ‘O Globo’, ‘JB’ e ‘Diários Associados’, principalmente. Com exceção do ‘Última Hora’, que apoiava o Jango, todos os jornais queriam o golpe, não necessariamente a ditadura”, explica Renato Lemos, que lembra: “O Governo do João Goulart poderia abrir uma possível porta para a Revolução Social. O período 1961 a 1964 foi de ascensão dos movimentos de massa no Brasil e de gravíssimas dissidências do aparato militar. Os setores mais conservadores tinham muito medo, até porque a sombra da Revolução Cubana estava sobre a América Latina. Portanto, os jornais cumprem seu papel de classe, que é veicular e, em parte, organizar as organizações políticas contra o inimigo de classe, que naquele momento era o Jango”, explica Lemos. Ele conta ainda que, naquele momento, foi criada a Rede Democracia, formada pelos Diários Associados que se articulou com o Ipes [Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais] para contribuir com a conspiração do Jango. “E foram vitoriosos nisso”, diz.

Como grupo econômico, o caso da Rede Globo é o mais emblemático desta relação, marcada pela consolidação e crescimento durante e após o Golpe. Naquele momento, com o aval da ditadura, ela se associou ao Grupo *Time Life*, como bem apresentado no documentário ‘Além do Cidadão Kane’, o que permitiu que a empresa crescesse ao patamar que tem hoje, tornando-se o maior conglomerado de mídia de toda a América Latina. “O monopólio no setor de comunicação no Brasil é uma grande continuidade da época ditatorial. Podemos dizer hoje que temos dois entulhos autoritários: um é a polícia militar e outro é a Globo, que é um filhote da ditadura”, explica Demian Melo, que detalha: “O jornal e a rádio Globo já existiam, mas na época havia, no Rio de Janeiro, por exemplo, 20 jornais diários que tinham impacto nacional, como o Correio da Manhã, que era o principal jornal do Brasil e o próprio Jornal do Brasil, que era maior que o Globo. Eles foram falindo. E foi-se criando esse monopólio das organizações Globo na imprensa escrita e, ao mesmo tempo, a Rede Globo, criada em 1965, dando total apoio à ditadura porque foi interessante para ela”. Coincidência ou não, depois de um *mea culpa* sobre 50 anos atrás, o Globo publicou, no dia 16 de outubro uma capa em que comemora a prisão arbitrária de 70 manifestantes no Rio de Janeiro, tratados como “vândalos” na manchete do jornal.

na ditadura, devido a sua militarização, que afeta a forma como ela encara a sociedade. “Analisando a violência desmedida com que a polícia trata as questões sociais e as manifestações públicas, é possível fazer analogias. Na época da ditadura, tínhamos mortes em confronto - aquelas em que os militantes perseguidos eram assassinados e depois se forjava uma morte em confronto. Hoje nós temos os autos de resistência, em que a polícia invade as favelas, os bairros pobres, e diz que houve resistência por parte dos traficantes enquanto, na verdade, o que há são execuções sumárias”, compara.

Tramita no Senado um projeto de autoria do senador Lindberg Farias (PT-RJ) e co-autoria do pesquisador e sociólogo Luiz Eduardo Soares, que pretende desmilitarizar a polícia. Para Luiz Eduardo Soares, desta forma, a polícia poderia estar melhor organizada para cumprir suas finalidades. “(...) só faria sentido reproduzir na polícia o formato do exército se as finalidades de ambas as instituições fossem as mesmas. Não é o que diz a Constituição. O objetivo do exército é defender o território e a soberania nacionais. Para cumprir essa função, tem de organizar-se para realizar o pronto emprego, ou seja, mobilizar grandes contingentes humanos e materiais com máxima celeridade e rigorosa observância das ordens proferidas pelo comando. Precisa preparar-se para, no limite, fazer a guerra. Pronto emprego exige centralização decisória, hierarquia rígida e estrutura fortemente verticalizada. Nada disso se aplica à polícia militar. Seu papel é garantir os direitos dos cidadãos, prevenindo e reprimindo violações, recorrendo ao uso comedido e proporcional da força. Segurança é um bem público que deve ser provido universalmente e com equidade pelos profissionais incumbidos de prestar esse serviço à cidadania”, apresenta o especialista em entrevista ao site da EPSJV sobre o projeto de lei e completa: “Os confrontos armados são as únicas situações em que alguma semelhança poderia haver com o exército, ainda que mesmo nesses casos as diferenças sejam marcantes. Mas eles correspondem a menos de 1% das atividades que envolvem as PMs. A imensa maioria dos desafios enfrentados pela polícia ostensiva são melhor resolvidos com a adoção de estratégias incompatíveis com a estrutura organizacional militar. Refiro-me ao policiamento comunitário, os nomes variam conforme o país”.

Resquício empresarial-militar

Outras sobras daquele tempo são menos evidentes, mas não menos importantes. O professor Demian defende que a ditadura militar foi “um grande negócio para o grande capital”. Deste período empresas que foram construídas ou se fortaleceram por conta de sua ligação com o Estado estão até hoje na liderança de suas áreas de atuação como na construção civil os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht, na indústria pesada com a Gerdau, Votorantim e Villares, no sistema bancário como Bradesco e Itaú. No ramo da comunicação, as Organizações Globo.

A criação de empresas estatais, muito defendida como um plano nacionalista por parte dos militares, também é contestada pelo pesquisador, como um processo de racionalização econômica. “As empresas foram criadas em certos setores da economia, - que para o capital privado e que precisa de um lucro mais rápido não interessa - , mas são funcionais na reprodução global da lógica do sistema. A Embraer, por exemplo, criada durante a ditadura militar e que hoje está na mão do setor privado, na época não tinha interesse do setor privado, mas era funcional para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Naquele período, ter a participação do Estado na economia se dava em função de criar as condições e ambiente necessários para o grande capital privado monopolista”, explica. Empresas como a Embratel, a Telebrás e as usinas de Itaipu, Tucuruí e Ilha Solteira também foram criadas neste contexto e depois privatizadas no governo Fernando Henrique Cardoso. “O milagre econômico foi o grande projeto que a ditadura conseguiu implementar, um processo de aceleração da acumulação capitalista, que

atendeu aos interesses dos grandes monopólios do capitalismo internacional que estavam instalados no Brasil e que conseguiram lucros faraônicos. Mas também grandes grupos privados nacionais se fortaleceram nesse processo todo”, explica. Foi neste momento também que começou a se fortalecer a relação que o país tem até hoje com bancos internacionais. Para financiar o “milagre econômico”, o país deu início ao crescimento do seu endividamento externo, a chamada dívida pública. No período de 1970 a 1980, como aponta a Auditoria da Dívida, a dívida cresceu 1000%, pulando de US\$ 5 milhões para US\$ 50 milhões em âmbito federal. Hoje consome cerca de 40% do nosso Produto Interno bruto (PIB), o equivalente a R\$ 718 bilhões no último ano.

O professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro Renato Lemos lembra também de semelhanças na presença do grande capital estrangeiro na economia brasileira durante o governo Médici e agora no governo da presidente Dilma. “O período de Médici foi quando as grandes empresas, as multinacionais ou transnacionais, como a indústria automobilística lideraram o dinamismo econômico. E hoje, enquanto o governo Dilma proclama o ufanismo tupiniquim, ela concede todas as isenções para o mercado automobilístico lucrar. E quem é o mercado? As mesmas transnacionais do período do Médici”, destaca Renato Lemos que completa: “Tudo que há de comum é mais que um resquício, é uma linha de continuidade, é uma identidade que traduz o conteúdo social dos regimes políticos. O conteúdo de dominação de classe que vivemos hoje é o mesmo conteúdo básico do regime ditatorial. Agora o inimigo de classe é o mesmo, a necessidade de manter a ordem é a mesma - não é por acaso que a repressão aos movimentos sociais vem aumentando no momento em que o Brasil tem recebido grandes investimentos ligados aos megaprojetos”, analisa Renato Lemos. ●

O GOLPE NA IMPRENSA

"Ressurge a Democracia! Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente das vinculações políticas simpáticas ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é de essencial: a democracia, a lei e a ordem.

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições

(Editorial de O Globo, 4/04/1964)



DITADURA

"Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade ... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas"

(Editorial do Jornal do Brasil, 1º/04/1964)

"Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos"

(O Globo, 2/04/1964)

"Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o País, com o apoio de todas as classes representativas, numa direção que já a destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades".

(Editorial do Jornal do Brasil, 31/03/1973)

"Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada".

(Editorial assinado pelo jornalista Roberto Marinho, publicado no jornal O Globo, 7/10/1984, sob o título: 'Julgamento da Revolução').

DEMOCRACIA

"CRIME E CASTIGO

Lei mais dura leva 70 vândalos para presídios. Presos em protesto são enquadrados por crime organizado, que é inafiançável"

(Capa de O Globo, 17/10/2013)

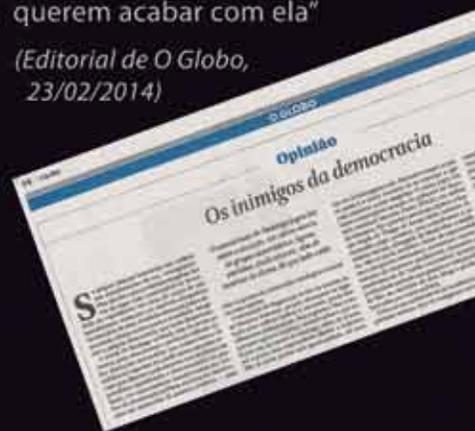
"Tem-se de repudiar estes grupos e agir para que eles, garantidos todos os direitos estabelecidos em lei, sejam de fato contidos e punidos. Partidos, organizações sociais, sindicatos têm de, às claras, mostrar de que lado estão: da violência justificada pelos fins ou a favor do estado de direito democrático, no seu sentido mais amplo".

(Editorial de O Globo, 12/02/2014)

"Quem utiliza a violência como método para corrigir injustiças sociais ou fazer valer direitos se põe fora da democracia, bebe na fonte do totalitarismo e deve arcar com as consequências de seus atos.

A democracia não é um projeto suicida. Não pode ser. Ela não pode aceitar que façam parte do jogo democrático aqueles que querem acabar com ela"

(Editorial de O Globo, 23/02/2014)



EDDIE COTTLE

‘A Copa do Mundo contribuiu para o aumento da desigualdade na sociedade sul-africana’

André Antunes

No início de fevereiro, jornais da grande mídia noticiaram que a Presidência da República, preocupada com a possibilidade de que ocorram protestos durante a Copa do Mundo, em junho – e com seus eventuais reflexos nas eleições de outubro – prepara uma campanha para tentar convencer a população dos benefícios da Copa para o país. Mas é pouco provável que a campanha adote como estratégia mirar-se no exemplo da África do Sul, que sediou o evento há quatro anos. Isso porque, como afirma o sindicalista sul-africano Eddie Cottle, diretor de políticas e de campanhas para a África e Oriente Médio da Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (BWI, na sigla em inglês), ao contrário do que foi prometido antes do evento, a Copa do Mundo foi um desastre para o país africano, acarretando um rombo bilionário nos cofres públicos, superexploração de trabalhadores e aumento da desigualdade social. Nesta entrevista, Eddie fala sobre o verdadeiro legado que a Copa de 2010 deixou para os sul-africanos, tema de seu livro *South Africa's World Cup: A Legacy For Whom?* (em português, *Copa do Mundo da África do Sul: legado para quem?*).



O termo “legado” é usado frequentemente para justificar os altos investimentos em infraestrutura nas cidades-sede da Copa do Mundo. Qual foi o legado da Copa de 2010 para a África do Sul?

Quando o termo 'legado' é usado pelos Comitês das Propostas, FIFA, Comitês Organizadores Locais, autoridades governamentais e *think tanks* econômicos tradicionais, presume-se ser inteiramente positivo, como se os benefícios do crescimento econômico e da reordenação urbana fluíssem naturalmente para as comunidades. São mentiras deslavadas, envoltas numa retórica de desenvolvimento.

O documento da proposta da África do Sul para sediar a Copa, um documento secreto financiado por multinacionais com interesse direto nos jogos, continha cálculos falhos com base em *guess-estimates* [numa tradução livre, estimativas baseadas em adivinhação], que não conseguem contabilizar aumentos de custos e muito menos as receitas para o Estado e para a sociedade.

A estimativa de custo inicial foi calculada em 2,3 bilhões de randes [moeda sul-africana] a serem pagos pelo governo sul-africano, em

grande parte para financiar os estádios e infraestrutura necessária. Ao mesmo tempo, projetou-se que a África do Sul iria ter um adicional de 7,2 bilhões de randes em receitas tributárias relacionadas ao evento. No entanto, em 2010 estimou-se que o custo (e é provável que seja muito mais elevado) para o governo da África do Sul foi de 39,3 bilhões de randes - um aumento de 1.709% em relação à estimativa original, uma enorme perda financeira para o país.

Após a Copa, houve silêncio total sobre as receitas fiscais do governo. A exceção foi a afirmação feita pela *South African Revenue Services* [a Receita Federal sul-africana] de que a Copa do Mundo nunca foi pensada como uma forma de angariar receitas. O governo sul-africano agiu como fiador da acumulação de capital para satisfazer a ganância da FIFA e seus parceiros comerciais. No fim das contas, a FIFA saiu com um lucro de 3,4 bilhões de dólares, livre de impostos, o maior da história da Copa do Mundo. Sediar a Copa do Mundo foi uma enorme perda financeira para a África do Sul.

E para as construtoras envolvidas nas obras da Copa?

Apesar da crise econômica mundial de 2008-2009, as cinco maiores empresas de construção da África do Sul se beneficiaram bastante com os projetos de infraestrutura da Copa do Mundo e tiveram um

Instituições dedicadas a produzir e difundir, sob encomenda, análises de conjuntura política, econômica, geopolítica, etc.

lucro médio de 100% de 2005 a 2009, depois de sofrerem perdas substanciais até 2004. A remuneração de CEOs [diretor-executivo de uma empresa ou instituição], em média, subiu mais de 200% desde 2004. A brecha salarial no setor da construção incrementou-se de 166 em 2004 para 285 em 2009. Os números mostram quantos anos um trabalhador teria que trabalhar para receber o que um CEO leva para casa num ano, em média. A Copa do Mundo contribuiu para o aumento da desigualdade na sociedade sul-africana.

Que impacto o evento teve na geração de empregos no país?

Com uma taxa de desemprego oficial de 24%, um grande exército de reserva de mão de obra (incluindo desempregados, informais, trabalhadores autônomos e migrantes) foi absorvido pelo mercado de trabalho para a produção do espetáculo esportivo e foram demitidos às vésperas do evento, contribuindo para a perda de 627 mil postos de trabalho na economia como um todo.

No setor da construção, foram contratados 1,117 milhões de trabalhadores nos setores formal e informal em 2009; 1,006 milhões estavam empregados quando começou a Copa do Mundo na África do Sul, uma perda de 110 mil empregos na construção, no período. No quarto trimestre de 2009, a taxa oficial de desemprego era de 24,3%, e em junho de 2010, tinha atingido 25,2%.

Já no setor de turismo e indústrias correlatas, houve um crescimento na contribuição para o Produto Interno Bruto nos períodos antes e depois da Copa do Mundo, passando de 67,14 milhões de randes em 2008 para 84,3 milhões de randes em 2011. Mas se compararmos o número de empregados diretamente no setor de turismo antes da Copa do Mundo, em 2008, que foi de 606.934 trabalhadores, com os três anos

imediatamente anterior (2009), durante (2010) e após a Copa do Mundo (2011), vemos que o emprego foi na realidade mais baixo, apesar do aumento nos investimentos, mesmo durante o mês em que a Copa do Mundo aconteceu. Havia 52.944 trabalhadores a menos em 2009, 39.556 a menos em 2010 e 8.502 trabalhadores a menos empregados no setor turismo em 2011 do que havia em 2008. Ou seja, o efeito multiplicador de emprego projetado pela Grant Thornton (um *think tank* econômico internacional) desmoronou, porque, em vez de um aumento do emprego através de maiores investimentos, o que houve foi uma diminuição no emprego direto. O que isso sugere é que houve um aumento da taxa de exploração dos trabalhadores empregados nas indústrias do turismo e afins, que tiveram que trabalhar mais horas ou a um ritmo de trabalho maior - ou ambos - num contexto de aumento do fluxo de turistas para a África do Sul durante a Copa.

A Copa do Mundo na verdade é um eufemismo para o que eu tenho chamado de "complexo de acumulação esportiva da FIFA", que encabeça a exploração das nações anfitriãs e seus trabalhadores. A FIFA dirige uma classe comercial globalizada que coloca pressões significativas sobre os produtores, que por sua vez se dedicam à repressão salarial agressiva dos trabalhadores. Na África do Sul, por exemplo, Zakumi, o mascote da Copa, foi produzido por trabalhadores chineses trabalhando em turnos de 13 horas, que receberam apenas 3 dólares por dia.

No Brasil, tivemos várias greves durante a construção de estádios para a Copa do Mundo. Isso se deu também na África do Sul?

A primeira greve registrada em uma construção da Copa do Mundo começou no Estádio Green Point, em 27 de agosto de 2007, iniciando uma onda de greves que resultou em acordos com os empregadores por todo o país. Em 8 de julho de 2009, 70 mil trabalhadores da construção civil fizeram uma greve nacional por uma semana, e isso foi sem precedentes e significativo em vários aspectos. Não só foi esta a primeira greve nacional de trabalhadores da construção civil nas obras da Copa do Mundo mas também houve uma unidade apresentada pelos trabalhadores e sindicatos em um setor composto por vários sindicatos concorrentes de três federações com bases ideológicas diferentes. Os sindicatos recrutaram 27.731 trabalhadores no período, aumentando a sindicalização em 39,4 % de 2006 para 2009.

No Brasil, de fevereiro de 2011 a abril de 2013, 25 greves foram identificadas, envolvendo cerca de 30 mil trabalhadores nos estádios da Copa do Mundo. No geral, a onda de greves foi um sucesso, uma vez que conquistou a melhoria de salários e condições de trabalho para trabalhadores da construção civil do Brasil e reforçou a confiança sindical. As conquistas, variando um pouco em diferentes locais, incluíram um aumento de 30% a 70% no vale-refeição, aumento no pagamento de horas extras entre 60% e 85% nos dias de semana e 100% nos finais de semana, subsídios de transporte, seguro de saúde e bônus. Estas greves não só foram localizadas nas obras da Copa do Mundo, mas também se espalharam para o resto do setor da construção. Em 2012, estima-se que mais de 500 mil trabalhadores entraram em greve por melhores condições de trabalho nos canteiros de obras em nível nacional.

Mas devido ao atraso nos projetos da Copa do Mundo, as empreiteiras estão pressionando os trabalhadores cada vez mais para acelerarem a produção e a entrega dos projetos. Já aconteceram vários acidentes fatais [Foram sete no total: duas mortes em São Paulo, uma em Brasília e quatro em Manaus]. O aumento da taxa de exploração através do aumento

do ritmo de trabalho, acordos de horas extras e produtividade, significa que os trabalhadores terão que cumprir ainda com os prazos para entrega da infraestrutura e não receberão a remuneração completa porque, na prática, haverá uma redução no período de emprego. Enquanto isso, as empreiteiras colherão os megalucros do valor total do projeto a preços inflados, apesar de o período de produção da infraestrutura da Copa ser mais curto. No Brasil, como na África do Sul, o efeito multiplicador simplesmente falha na transformação do investimento feito em empregos criados e a redistribuição da renda, porque o enorme superávit de fundos públicos é absorvido pela destrutiva acumulação privada.

Qual é a situação atual dos estádios que foram construídos para a Copa do Mundo da África do Sul?

Como previsto, nenhum dos estádios da Copa do Mundo é autossustentável, o que significou um aumento nos impostos municipais e mais recursos do orçamento nacional foram solicitados pelos administradores dos estádios para gerenciá-los. Com isso há menos recursos disponíveis para a área social. Este é um problema sério que o Brasil vai ter de enfrentar em breve. Esse problema tem sido discutido muito na mídia e no parlamento, mas a questão da demolição de alguns dos estádios foi evitada, uma vez que seria um grande constrangimento político para o Congresso Nacional Africano, o partido no poder na África do Sul.

O governo sul-africano chegou a abrir uma investigação sobre a formação de cartéis de empresas de construção envolvidas nas obras da Copa de 2010. Qual foi o resultado dessas investigações?

Há muitas evidências de que o setor da construção está propenso a formar cartéis. O relatório de 2008 do Comitê de Concorrência da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) sobre o setor da construção chegou a essa conclusão. Entre os 19 países incluídos nesta mesa-redonda da OCDE, a África do Sul apresentou o seu relatório sobre os enormes aumentos dos estádios da Copa do Mundo de 2010, sendo que, na época, havia suspeitas de licitações fraudulentas. Em 17 de julho de 2013, no tribunal da Comissão de Concorrência da África do Sul foi apresentada uma estimativa conservadora de que as empresas de construção obtiveram "lucros indevidos" de 476 milhões de dólares com as obras para a Copa do Mundo de 2010 e outros projetos. Elas foram conseqüentemente multadas num total de 152 milhões de dólares. As empresas de construção que não concordaram com o acordo agora correm risco de serem processadas.

E pelo que você vem acompanhando no Brasil, há base para se abrir uma investigação sobre a formação de cartéis de construtoras para as obras da Copa 2014?

Um claro indicador de atividade de cartel são os enormes aumentos de custos em relação às estimativas originais. A fonte mais confiável para as estimativas de custos originais de cada um dos estádios é o documento da candidatura do Brasil, que não é tornado público. No entanto, uma vez que o documento da candidatura foi submetido à FIFA até 31 de julho de 2007 e a FIFA realizou sua visita de inspeção em 23 de agosto de 2007, é razoável supor que o valor de 1,1 bilhão de dólares para todos os estádios que está neste relatório reflete os números originais do documento de candidatura. O relatório de inspeção da FIFA de 2007, portanto, subestimou bastante o custo para os estádios da Copa do Mundo no Brasil, que aumentou 327% até 2013, atingindo 3,6 bilhões de dólares.

O custo dos estádios de Brasília e do Rio de Janeiro mais do que duplicou desde 2010 e totalizam 1,3 bilhões de dólares. Só esses dois estádios, portanto, custam mais do que a estimativa original para todos os estádios. Ao ritmo atual de aumentos dos custos, é provável que a Copa do Mundo do Brasil seja a mais cara da história.

Há motivos suficientes para o governo brasileiro abrir uma investigação completa sobre as operações de um cartel de construção: o Relatório do Comitê de Concorrência da OCDE, a evidência do Relatório da Comissão de Concorrência da África do Sul, especialmente em relação à Copa do Mundo da FIFA 2010, e a dramática escalada de custos dos estádios no Brasil quando comparados com o Relatório da Equipe Inspeção da FIFA em 2007.

Na sua análise, que mudanças precisam ser feitas para que a preparação para grandes eventos como a Copa do Mundo não implique os problemas que foram registrados na África do Sul e agora no Brasil?

A Copa do Mundo é o principal motor de um complexo de acumulação capitalista no esporte. Todos os principais problemas observados na preparação são resultados diretos da privatização do jogo. Qualquer mudança real só pode vir através de uma plataforma para desenvolver um modelo público ou de nacionalização do jogo a longo prazo. No curto prazo, a sociedade civil tem de fazer alianças e garantir que os trabalhadores estejam na liderança dessas lutas, pois são eles que têm sua força de trabalho explorada e suportam o peso de condições precárias e inseguras de trabalho. As lutas atuais dos brasileiros são muito bem-vindas, mas exigem níveis mais profundos de coordenação, incluindo a expansão das formas de resistência para incluir boicotes de determinados produtos ou até mesmo de jogos sempre que possível. ●

Parir e nascer no SUS

No Brasil, o modelo de atenção ao parto é intervencionista, hospitalocêntrico e medicalizado, mas taxas de mortalidade materna e neonatal seguem altas e sem sinais de que irão diminuir. Conheça algumas experiências que dão certo no SUS.

Raquel Torres

É uma sala ampla, com janelas abertas e muitas almofadas espalhadas pelo chão. Sentadas em círculo estão cerca de dez gestantes acompanhadas por suas mães, tias, filhos, maridos ou namorados. “Como e onde vocês nasceram?”, pergunta a enfermeira que conduz o grupo. Entre os mais jovens, a imensa maioria diz ter nascido no hospital, por cesariana. “E os pais de vocês?” Eles se dividem. Alguns afirmam que os nascimentos se deram por parto normal e outros por meio de cirurgias, mas quase todos no ambiente hospitalar. “E os avós?” Agora a resposta é unânime: em casa, parto normal.

O pequeno questionário inicia uma reunião de acolhimento na Casa de Parto David Capistrano Filho, em Realengo, Rio de Janeiro. Com uma equipe formada majoritariamente por enfermeiras obstétricas (EOs) – e sem médicos –, a Casa é voltada para gestantes de risco habitual (as chamadas de baixo risco). Qualquer intercorrência identificada durante a gravidez ou trabalho de parto leva à transferência, em tempo hábil, para um hospital próximo já pronto para receber a gestante. O encontro, que ocorre uma vez por semana na Casa de Parto, é obrigatório para quem deseja realizar o pré-natal lá e é sempre dirigido por Leila Azevedo ou por Edymara Medina, que coordenam a instituição.

No cenário descrito aí em cima, é Edymara quem está à frente. Ela questiona: “Nos últimos 60 ou 70 anos, o que será que aconteceu para que nós, mulheres, deixássemos de acreditar que somos capazes de parir sem grandes intervenções externas?”. Ela diz que o ideal não é simplesmente ‘voltar ao passado’ e deixar que as mulheres tenham seus filhos sem assistência adequada ao parto, mas sim rever certos procedimentos que se mostram ineficazes e desnecessários.

Os visitantes se apresentam e contam como decidiram conhecer o estabelecimento. “Eu comecei a fazer o pré-natal com o meu médico, do plano, mas ele disse que eu teria que fazer cesariana porque sou pobre. Disse que parto normal deixa a gente ‘larga’ em baixo e precisa fazer cirurgia plástica depois, e pobre não tem dinheiro para fazer plástica... Mas eu não acreditei muito, por isso vim”, expõe uma das mulheres, recebendo olhares perplexos das demais pelo absurdo da história descrita.

A situação brasileira

Pode ser absurda, mas não é a única história ‘mal contada’ que leva gestações perfeitamente saudáveis a terem a cesariana como desfecho (veja o box ‘Quando a cesárea não é salvadora’, na página 17). Artigos como *‘Unwanted caesarean sections among public and private patients in Brazil’*, de Joe Potter, pesquisador da Universidade do Texas, entre outros autores, mostram que entre 70% e 80% das brasileiras que passaram pela cesárea desejavam, na realidade, partos vaginais. Porém, hoje, apenas 48% das mulheres do país conseguem efetivamente dar à luz por essa via.

Enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza que uma taxa de cesarianas razoável giraria em torno de 15%, o Brasil tem a maior do mundo: 52,3% – no setor público são 38% e, no privado, mais de

80%. Em algumas cidades, os números do setor privado são ainda mais alarmantes. No município do Rio de Janeiro, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, 93% dos nascimentos ocorridos em hospitais particulares se dão por via cirúrgica. Na prática, isso significa que as gestantes cariocas têm apenas 7% de chances de conseguirem um parto normal fora do Sistema Único de Saúde (SUS).

O número elevado de cesarianas é apenas um dos problemas do nosso modelo. Os partos vaginais realizados no país ainda têm como característica, em sua maioria, o abuso de intervenções violentas ou o tratamento inadequado às gestantes. A pesquisa ‘Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado’, publicada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, revelou que 25% das mulheres relatam algum tipo de violência durante o atendimento ao parto – atitudes que vão desde xingamentos, gritos e o impedimento da presença de um acompanhante (o que, em tese, é garantido por lei desde 2005) até a realização de procedimentos dolorosos sem aviso ou consentimento. Na rede pública o panorama é pior: a violência obstétrica foi referida por 74% das mulheres.

Além disso, o Brasil não é, nem de longe, o país mais seguro do mundo para se parir e nascer, apesar de o sistema ser altamente medicalizado e centrado nos hospitais – mais de 95% dos nascimentos ocorrem dentro dessas instituições. A razão da mortalidade materna, segundo dados do Ministério da Saúde (MS), é hoje de 78 a cada 100 mil nascidos vivos. Parece pouco, mas, para se ter uma ideia, no Canadá, Alemanha, Holanda e Suécia esses números são, respectivamente, 12, 7, 6 e 4. Em relação à mortalidade neonatal, a situação também não é boa. Em 2011, de acordo com a OMS, a taxa brasileira foi de dez mortes para cada mil nascidos vivos, bem distante dos valores de países como Reino Unido (3), Canadá (4), Holanda (3), Suécia (1) e Japão (1).

O problema das ‘desnecesárias’

Ao perceber a preocupação do Ministério da Saúde e da OMS com altos índices de cesarianas, talvez você se pergunte: mas, afinal, que mal há nisso? Bom, ao contrário do que muita gente acredita, a cesariana é menos segura que o parto vaginal. Segundo a obstetra Carla Polido, professora na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em gestações de baixo risco, mulheres que passam pela cesárea têm três vezes mais chances de morte e seis vezes mais chances de complicações graves no pós-parto. Além disso, os bebês têm no mínimo duas vezes e meia mais chances de morrer.

Para a também obstetra Vera Fonseca, conselheira do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), e ex-membro da Comissão de Parto Normal do Conselho Federal de Medicina (CFM), uma das razões para o aumento do número de cesáreas é financeira, especialmente no setor privado. “Sabemos que um trabalho de parto pode levar mais de 12 horas. Em geral, os planos pagam R\$ 300, R\$ 400 ou até menos para o médico acompanhar um parto, enquanto, na cesárea, ele ganha praticamente o mesmo valor para no máximo duas horas de trabalho”, reconhece.

Carla Polido acredita que outro fator pode ajudar a explicar o *boom* de cesarianas nos planos de saúde: a ausência de uma regulação efetiva por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). “Não há medidas para coibir o excesso de cesáreas. Não há fiscalização, não são feitas auditorias de parto para compreender as indicações da cirurgia, não são exigidas justificativas”, critica.

Além disso, ela afirma ser complicada a noção de que cada mulher deve ter o ‘seu’ obstetra. “Uma gestante normalmente terá seu bebê entre as 37 e as 42 semanas de gravidez. Se o médico tem quatro gestantes por mês – e, normalmente, há muito mais que isso –, não tem um fim de semana em que pode tomar uma cerveja, viajar, porque qualquer uma

delas pode entrar em trabalho de parto. E o médico é um ser humano: come, dorme, viaja, tem família. É claro que, mesmo sendo uma conduta errada, ele vai acabar tentando acomodar o parto dentro de sua própria agenda”, reflete. Para ela, tanto o SUS como a saúde suplementar deveriam disponibilizar sempre equipes de plantão para atendimento, baseando o cuidado ao parto em profissionais à disposição 24 horas por dia, e não apenas naquele que fez o pré-natal.

Como dar conta disso?

Segundo a obstetra Carmen Diniz, em sua tese de doutorado ‘Humanização: os muitos sentidos de um movimento’, o uso “irracional” da tecnologia no parto impede muitos países de reduzir a morbimortalidade materna e perinatal. Ela conta que, em 1979, um Comitê europeu criado para estudar maneiras de reduzir essas taxas no continente concluiu que o aumento das intervenções gerava mais custos sem melhorar em nada os resultados. A partir daí, iniciaram-se os estudos da medicina baseada em evidências, propondo que por trás de toda prática médica deve haver respaldo científico – o que nem sempre acontece. Em paralelo a isso, surgiu um movimento internacional com o objetivo de “priorizar a tecnologia apropriada, a qualidade da interação entre parturiente e seus cuidadores e a desincorporação de tecnologia danosa”. Com nomenclaturas distintas ao redor do mundo, é este o movimento que no Brasil ficou conhecido como ‘humanização do parto’. E, para muitos especialistas, essa é a saída para melhorar os indicadores gerais do país nessa área.

Melania Amorim, também obstetra e professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), revela que passou por um longo “movimento interno” até incorporar definitivamente a medicina baseada em evidências e as práticas da humanização. “Tive uma formação intervencio-

nista, como a maioria dos colegas. Quando entrei no mestrado, comecei a estudar profundamente práticas que vinha exercendo há muito tempo. Precisei ‘sair’ um pouco da medicina e estudar antropologia e filosofia para entender isso”, conta.

Um procedimento desnecessário emblemático para Melania – e que ela própria realizava no passado – é a episiotomia, conhecida popularmente como ‘pique’. Trata-se de um corte feito no períneo da mulher para, teoricamente, facilitar a saída do bebê e evitar lacerações naturais nos genitais da mãe. Hoje, a intervenção é realizada rotineiramente na maior parte das maternidades brasileiras. “Fui estudar como esse procedimento surgiu e me assustei ao descobrir que ele nasceu de forma arbitrária, sem nenhuma evidência de que fosse efetivo, e passou a ser difundido no século 20 com base na crença de que nosso corpo é essencialmente defeituoso e há a obrigatoriedade da intervenção”, aponta

Experiência internacional

Ao analisar países com os melhores indicadores, descobre-se que eles adotam justamente modelos muito menos intervencionistas. Na Holanda, por exemplo, cerca de 20% dos partos de baixo risco são domiciliares. Uma pesquisa publicada na *British Medical Journal* analisou 150 mil holandesas que pariram entre 2004 e 2006 e mostrou que, em casa (com partos assistidos por profissionais), ocorreu uma complicação a cada mil nascimentos, enquanto, no hospital, foram 2,3 por mil. A assistência obstétrica no país é realizada por parteiras – cuja formação, no Brasil, corresponderia à de obstetras ou EOs – que só encaminham a parturiente para o cuidado médico em caso de complicações. A taxa de cesarianas no país é de aproximadamente 15%.

O acompanhamento do pré-natal e parto por parteiras também é a regra na Suécia como conta Sara Terviño, sueca que teve sua filha em 2013. Ela diz ainda que não são feitos muitos exames de rotina: “Fazemos alguns exames de sangue e urina, aufere-se a nossa pressão e normalmente são realizadas apenas uma ou duas ultrassonografias”. Cerca de 17% dos nascimentos no país acontecem por via cirúrgica.

Camila Winter, brasileira que vive no Canadá, conta que ficou satisfeita com o acompanhamento que recebeu em Québec em 2013, quando teve sua filha. Apesar de se tratar de um país já mais medicalizado e intervencionista e com taxas de cesarianas mais altas (atualmente, 28%), considera-se que a assistência ao parto e ao nascimento por lá seja bastante humanizada. “A gestante de baixo risco pode ser acompanhada por um ginecologista-obstetra ou por uma parteira, numa casa de parto. Escolhi a segunda opção. Com o acompanhamento médico, o parto é sempre hospitalar. Com parteiras, pode ser na casa de parto, em domicílio ou no hospital. Eu tive na minha casa”, relata.

Observando realidades como essas e as recomendações da OMS, o Ministério da Saúde (MS) tem desenvolvido, desde os anos 1990, algumas iniciativas com o objetivo de melhorar os indicadores nacionais. A mais recente é o programa ‘Rede Cegonha’, lançado em 2011. De acordo com a coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do MS, Esther Vilela, a primeira questão a ser resolvida é a própria noção de rede. “O trabalho entre os diferentes pontos de atenção ainda é fragmentado”, reconhece. Exemplo disso é o fato de as gestantes quase nunca saberem em que maternidade terão seus bebês. Hoje, elas em geral fazem uma ‘peregrinação’ em busca de vagas quando entram em trabalho de parto. Uma das propostas é que a vinculação a uma maternidade de referência seja feita desde o início do pré-natal.

Outra proposta é investir na qualificação de profissionais. Em ‘O papel das obstetras e EOs na promoção da maternidade segura no

Brasil’, Nádia Narchi, Elizabete Cruz e Roselane Gonçalves citam uma pesquisa realizada pela Universidade de Oxford que afirma: “nenhum país conseguiu reduzir a mortalidade materna sem investir na formação de EOs e obstetras para a atenção primária ou comunitária”. Esther diz que o Ministério pretende incrementar tanto a qualificação como a inserção desses profissionais na assistência.

Mas o que poderia explicar as diferenças nos resultados perinatais quando gestantes de baixo risco são acompanhadas por enfermeiras e obstetras e não por médicos? Para Melania Amorim, a chave está na formação. “Elas desenvolvem uma visão mais fisiológica do parto. Já nós, médicos, temos uma formação voltada para a patologia e normalmente fazemos estágios e residências em locais em que o alto risco está sempre presente, o que produz um medo muito grande do parto. Como resultado, a tendência é acharmos que toda grávida é uma bomba-relógio prestes a explodir”, analisa.

Dulce Gualda, também obstetra, concorda com essa visão. Além de médica, ela é doutora em enfermagem e ajudou a elaborar o curso de obstetrícia da Universidade de São Paulo (USP), que atualmente é o único do Brasil. A graduação havia sido extinta no país na década de 1970, mas foi recriada na USP em 2005. Com duração de quatro anos e meio, o curso traz, em sua grade curricular, disciplinas como Psicologia, Antropologia, História e Sociologia. “Essa base faz toda a diferença”, acredita. Já as EOs são graduadas em enfermagem e fazem uma especialização em obstetrícia.

As casas de parto

Como você viu, a atuação de EOs e obstetras é fundamental nas Casas de Parto, que não contam com equipe médica. Essas instituições começaram a ser vistas como um caminho possível para a humanização do parto no

Brasil ainda em meados da década de 1990: a Casa mais antiga vinculada ao SUS é a de Sapopemba, no município de São Paulo, fundada em 1998.

Em sua tese, Carmen Diniz afirma haver estudos comprovando que as Casas de Parto são um recurso seguro e com boa aceitação pelas mulheres. No Brasil, pesquisas têm mostrado que os desfechos, tanto para mãe quanto para o bebê, são bastante positivos. Normalmente, cerca de 10% das gestantes precisam ser transferidas durante o trabalho de parto devido a intercorrências. Nos casos restantes, as intervenções são mínimas – a taxa de episiotomias, por exemplo, é de 8% na de Sapopemba e de menos de 3% na de Realengo.

Conselhos de Medicina contra as evidências

As mudanças que o Brasil vem tentando implantar têm sido alvo de intensas críticas por parte de Conselhos de Medicina de todo o país, que consideram perigoso o parto realizado fora do ambiente hospitalar. “Essa ideia é inconcebível. A equipe que pode realmente dar segurança às grávidas é composta por, no mínimo, dois médicos obstetras, um anestesista e um pediatra. A necessidade é de criar mais hospitais”, opina Vera Fonseca. De acordo com ela, tanto o Cremerj como o CFM são contrários a que o acompanhamento, mesmo nos casos de baixo risco, seja feito por profissionais não médicos.

Em relação às evidências de que essa estratégia funciona e às próprias indicações da OMS, que recomenda sua adoção, Vera é taxativa: “A OMS não tem muita certeza... Ela dá essas ‘ordens’ porque lá na África eles estão longe de ter um médico para cada milhão de habitantes. Então a OMS acaba falando isso, **que pode ter qualquer um para ajudar no parto**. Ela não está preocupada com países ricos, desenvolvidos, mas com o que acontece na África”.

E, com relação ao fato de que países ricos e desenvolvidos também adotam as parteiras, ela afirma: “Sim, mas não podemos comparar Finlândia e Suécia com o Brasil. Primeiro pela própria quantidade de nascimentos, que é menor. E segundo porque a estrutura dos lugares onde se faz isso [Casas de Parto ou domicílios] é muito melhor, tem o fator da proximidade do hospital. Imagina sair com uma urgência aqui da Casa de Parto em Realengo até o hospital de referência, quanto tempo demora? [São sete quilômetros, percorridos em poucos minutos pela ambulância, que fica de prontidão 24 horas por dia]. No Brasil tem engarrafamento. Como é o trânsito na Suécia?”, questiona.

No entanto, questionada sobre a existência de pesquisas ou artigos que comprovem a maior segurança do parto hospitalar em relação àqueles realizados em Casas de Parto ou em domicílio, ela vacila. “Eu não teria isso para te fornecer, não teria”, diz, informando que também não saberia indicar outra pessoa que pudesse fornecer esses dados.

Centros de parto normal

Devido a esse tipo de conflito, as Casas de Parto de base comunitária – totalmente fora do ambiente hospitalar, como a de Realengo e a de Sapopemba – não foram para frente. No entanto, para Esther Vilela, é fundamental que o sistema deixe de ser centrado nos hospitais. “O hospital é um ambiente gerador de estresse, o que comprovadamente atrapalha o trabalho de parto. Por isso, o MS propõe que se adequem os ambientes intra-hospitalares e que se criem ambientes mais acolhedores bem ao lado das maternidades. São os Centros de Parto Normal (CPN), que podem ficar a até 200 metros do hospital e são conduzidos por EOs ou obstetras, com a retaguarda da equipe médica da maternidade”, explica. Nesse caso, o pré-natal é realizado nas unidades básicas de saú-

de. A assessoria de comunicação do MS informou que, até o fim deste ano, o Ministério pretende implantar 280 CPN em todo o país – porém, não soube dizer quantos Centros e quantas Casas de Parto existem hoje.

Um bom exemplo de unidade já em funcionamento é a do hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte, uma das maiores referências para parto humanizado no país. Segundo João Batista Lima, diretor clínico da instituição, o CPN realiza cerca de 70 partos por mês e nenhuma intervenção médica é feita rotineiramente.

Maternidades humanizadas

Alguns municípios já têm maternidades alinhadas com os princípios da humanização. Além do Sofia Feldman, há outras experiências em curso, como um projeto experimental realizado em Campina Grande, Paraíba. Lá, na Maternidade Instituto de Saúde Elpidio de Almeida (Isea), Melânia Amorim coordena desde 2007 um projeto de humanização de assistência ao parto. O Isea em si opera sob a ótica intervencionista – para se ter uma ideia, a taxa de cesarianas é de cerca de 65%. Porém, o projeto coordenado por Melânia tem taxas como menos de 10% de cesáreas, uso de analgesia em apenas cerca de 5% das mulheres e nenhuma episiotomia realizada até hoje; isso com um grau de satisfação das parturientes de 95% e sem fazer distinção entre partos de alto ou baixo risco. Todos os profissionais envolvidos no projeto – residentes de medicina e graduados ou estudantes de medicina, enfermagem, fisioterapia

Na realidade, a OMS considera profissionais qualificados para atender ao parto: médicos com formação específica em obstetrícia (como obstetras ou médicos de família com especialização), EOs e obstetras.

e psicologia – são voluntários e trabalham em plantões semanais. Eles entram em contato com mulheres que já estão em trabalho de parto na maternidade, apresentam o projeto, as propostas e os objetivos, e elas aceitam ou não participar.

No Rio de Janeiro, a grande referência tem sido a Maternidade Maria Amélia (MMA), inaugurada em 2012. “Lá, os resultados no cuidado ao parto são muito próximos daqueles que identificamos nos melhores serviços do mundo, como baixas taxas de cesarianas (menos de 20%), poucas episiotomias (em torno de 8%) e taxas muito pequenas de asfixia em recém-nascidos (1,2 a cada mil)”, declara Maria Auxiliadora Gomes, superintendente de Maternidades e Hospitais Pediátricos da Secretaria Municipal de Saúde. Para efeito de comparação, a Revisa Poli procurou duas das mais conhecidas e caras maternidades particulares do país em busca desses mesmos dados – a Perinatal, no Rio, e a São Luiz, em São Paulo. Porém, por meio de suas assessorias de imprensa, as instituições disseram que não disponibilizariam tais informações.

Paula Inara Melo teve seu filho na MMA há menos de dois anos. Embora estivesse sendo acompanhada pela Casa de Parto de Realengo durante o pré-natal, precisou ser transferida durante o trabalho de parto; chegou a ir para a maternidade de referência, onde quase foi encaminhada a uma cesariana desnecessária. Mudou seus planos em pleno trabalho

de parto e considera ter sido muito bem atendida na Maria Amélia. “Quando comecei a pesquisar sobre gravidez, não entendia quase nada sobre parto. Na minha cabeça, parto normal era o que aparecia na televisão – eu ia me deitar, alguém ia me cortar e me mandar fazer força”, diz. Ela conta que, pesquisando, descobriu que existiam doulas (mulheres que promovem apoio físico e emocional às grávidas da gestação ao pós-parto) e, ao mesmo tempo, “todo um universo que era a humanização”.

A partir de então, conheceu a Casa de Parto e grupos de apoio a gestantes em busca de parto normal. “Eu achava que apoio eram essas coisas de ‘rico’. A grávida vai para a aula de yoga com aquelas mulheres todas moradoras da Zona Sul [área nobre do Rio] fazendo exercício bonitinhas e pronto. Eu sou negra, moradora da Baixada Fluminense, não tenho plano de saúde, sou usuária do SUS. Eu acreditava que essas coisas não eram para mim. Só que, na verdade, apoio é muito mais que isso. E, sim, é para mim também”, afirma.

Paula conta que, quando chegou à MMA, logo lhe pediram seu plano de parto – um documento ainda pouco conhecido pelas gestantes, mas importante ferramenta para o exercício do seu protagonismo. Por meio dele, a mulher indica como quer que ocorra o parto, detalhando quais procedimentos deseja, aceita ou refuta. “Quando ouvi o pedido, entendi na hora que ali eu seria respeitada”, lembra Paula, que teve seu bebê após cerca de 30 horas de trabalho de parto.

Pré-natal de qualidade: mais um desafio

Mas ter maternidades alinhadas com a humanização é insuficiente. O modelo intervencionista de assistên-

cia está tão consolidado que práticas desnecessárias ou contraindicadas, como a episiotomia e o uso rotineiro do soro (com medicação para acelerar o trabalho de parto), são tidas como normais por boa parte da população. Assim, não é incomum que gestantes atendidas em serviços de excelência se sintam, paradoxalmente, violentadas. Experimente fazer uma busca na internet por opiniões sobre a MMA ou o hospital Sofia Feldman. Há inúmeros relatos de mulheres que se sentiram mal tratadas porque “não aplicaram o soro”, “o médico não quis fazer o corte (episiotomia)”, ou “o trabalho de parto durou mais de dez horas”.

Para Wallace da Silva, diretor técnico da MMA, essa é uma questão complicada na maternidade. “Precisamos, no momento da admissão, fazer com que a gestante entenda os benefícios da nossa linha de trabalho e as evidências que nos apoiam. Mas, para isso, seria necessária uma trajetória longa desde o pré-natal. Se, durante a gravidez, a mulher entende o que é o trabalho de parto, compreende as mudanças que ocorrem no seu corpo, é informada sobre a hora de ir para a maternidade, há grandes chances de tudo dar certo. Caso contrário, ela de fato chega apavorada, normalmente cedo demais e se sente negligenciada quando informam que ela não está em trabalho de parto, por exemplo”, afirma. Carla Polido acredita que uma das alternativas para se trabalhar isso no serviço público seria a formação de grupos de gestantes nas próprias unidades básicas de saúde. “Eles poderiam ser organizados pela própria enfermeira da unidade ou pelo agente comunitário de saúde”, propõe.

Mas a médica vai além: em sua avaliação, hoje o pré-natal no Brasil é de qualidade ruim não só pela falta de informação e acolhimento, mas também tecnicamente. “Ainda há negligência no diagnóstico de determinadas situações, como a sífilis – doença fácil de ser diagnosticada e tratada – e a pré-eclâmpsia – que, junto a síndromes hipertensivas de modo geral, é a maior causa de morte materna no país. Isso é inaceitável”, declara.

Classe média em maternidades públicas

A dificuldade em se conseguir um parto normal por meio de planos de saúde tem feito com que mulheres de classe média, usuárias do sistema suplementar, vejam-se divididas entre duas alternativas: pagar equipes particulares por fora do plano ou buscar opções no SUS. Nas cidades em que já existem Casas de Parto, CPN e maternidades públicas humanizadas, essa escolha tem sido cada vez mais recorrente.

De acordo com João Batista, no Sofia Feldman é bastante comum receber gestantes que têm plano de saúde. No Rio não é diferente. Quando a alemã Lea Nagel se descobriu grávida no Brasil, não tinha ideia de como funcionava nosso sistema. “Comecei a ver que quase todas as minhas conhecidas haviam passado por cesarianas; mesmo as estrangeiras, que eu sabia que nunca optariam por isso”, diz Lea, que levou outro susto ao verificar a estrutura das maternidades particulares que visitou. “Foi um choque. Eu nem sabia o que era um berçário, e todas elas tinham. Nunca entendi por que é que alguém deveria levar meu bebê saudável embora, mas, nessas maternidades, isso faz parte do protocolo e é impossível fugir”, conta.

Lea acabou escolhendo a MMA e se mostra satisfeita. “Não foi perfeito. A hora da admissão foi ruim e demorada, e, no pós-parto os profissionais entravam na enfermaria para me examinar e não se apresentavam. Mas o parto em si foi ótimo, respeitaram meu plano de parto na íntegra. Mesmo com os problemas, considero que minha assistência foi excelente”, analisa.

Daniella Talarico, que também escolheu a MMA, teve uma trajetória no mínimo dramática antes de optar pela maternidade. Após passar por cinco obstetras do plano de saúde e encontrar um que ‘parecia’ apoiar seu parto, precisou abandoná-lo na última semana de gestação. “Ele foi o verdadeiro obstetra ‘fofinho’: me tratava muito bem e sempre disse que faria o parto normal. Mas, no fim, comecei a ter algumas alterações de pressão e a indicação para a cesariana foi feita, mesmo eu sabendo que não era uma indicação verdadeira. E agendamos uma cesárea ‘de urgência’, num hospital privado, para dali a três semanas! Ainda me pergunto que urgência era essa...”, ironiza. Daniella foi conhecer a MMA no dia exato em que faria a cirurgia; foram realizados procedimentos para induzir o parto normal e, 20 horas depois, ela pariu sua filha. Assim como Lea, Daniella tem suas críticas. “Algumas coisas me incomodaram. Por exemplo, eu engravidei com obesidade mórbida e ouvi comentários de uma enfermeira sobre o fato de eu ser gorda, estar ‘enorme’, o que me magoou. Sei que nem todas as equipes da maternidade são humanizadas. Mas fui bem esclarecida em relação às minhas dúvidas e incertezas e considero ter sido muito respeitada”, conclui.

“Devolver o parto às mulheres”

Na teoria, deveria parecer simples fazer com que o parto fosse encarado como aquilo que de fato é: um evento natural. No entanto, o que tem se observado é justamente o caminho inverso. No livro ‘O renascimento do parto’, o cirurgião e obstetra francês Michel Odent diz que “a história da obstetrícia é fundamentalmente a história da exclusão das mães do seu papel central no processo do nascimento”. Odent é conhecido por, na década de 1960, ter introduzido num hospital público francês uma série de mudanças – como a valorização do papel das parteiras, a quase total eliminação do uso de medicamentos nos partos vaginais e a introdução do conceito de que uma sala de parto deve ser acolhedora, remetendo ao

ambiente caseiro. Com esse trabalho, realizado ao longo de mais de 20 anos, conseguiu reduzir drasticamente o uso de procedimentos médicos e cirúrgicos mantendo baixas taxas de mortalidade perinatal. No livro citado acima, ele escreve que “devolver o parto às mulheres não é uma ambição pequena”. Mas sua experiência – e as outras que você leu nesta reportagem – mostram que também não é uma ambição impossível. ●

Quando a cesárea não é salvadora

Você com certeza conhece alguma mulher que precisou fazer uma cesariana porque era velha ou jovem demais, estava com muito ou pouco líquido amniótico, teve pressão alta ou diabetes gestacional, ‘não dilatou’ ou porque o trabalho de parto estava muito longo. Também certamente já ouviu casos de cesáreas salvadoras porque o bebê havia ‘passado do tempo’, era grande ou pequeno demais ou havia liberado mecônio (as primeiras fezes), ou ainda porque uma ultrassonografia mostrava o cordão umbilical enrolado no pescoço.

Todas essas situações têm duas características em comum: são indicações recorrentes para a cesariana no Brasil e... são falsas. Ao contrário do que muitas vezes se acredita, a realização da cirurgia nesses casos não é mais segura que o parto vaginal – ao contrário. Em seu blog (www.estudamelaniaestuda.blogspot.com), Melania Amorim apresenta, em linguagem simples, estas e outras indicações ‘fictícias’ para a cesariana e lista também algumas das poucas indicações reais para a cirurgia. Entre elas, estão prolapso de cordão com dilatação não completa (quando o cordão umbilical sai antes do bebê); descolamento prematuro da placenta; bebê transversal (ou seja, ‘atravessado’ na barriga); e herpes genital com lesão ativa durante o trabalho de parto.

Silêncio no salão

MEC adia 2ª Conferência Nacional de Educação. Movimentos sociais denunciam tentativa de desmobilização em torno da votação do PNE

Cátia Guimarães

A Poli estava quase pronta, esperando só a cobertura do 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae), que seria a matéria de capa. Mas a Conae não aconteceu. E isso acabou virando notícia. O objetivo não era preencher as páginas em branco, mas manter aceso o debate que mobilizou quase 800 mil pessoas, principalmente delegados e observadores, ao longo de 2013, e foi consolidado num documento com propostas da sociedade civil para melhorar a educação no país. Até porque duas das principais reivindicações presentes no documento-base da Conae, elaborado a partir das discussões nos estados e municípios, estão em disputa neste exato momento: trata-se da defesa de que o dinheiro público vá para a educação pública e da adoção do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do Custo Aluno-Qualidade como referências para o financiamento da educação, ambas presentes em uma das versões do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) que encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. E, segundo diversas entidades que se manifestaram por meio de notas públicas e entrevistados ouvidos pela Poli, essa seria também a verdadeira razão do adiamento da Conae. Mas vamos por partes.

Custos: financeiros e políticos

A 2ª Conferência Nacional de Educação foi lançada oficialmente em dezembro de 2012, já com data marcada: entre 17 e 21 de fevereiro de 2014. Todo mundo fez a sua parte: em todo o Brasil, foram realizadas 2.329 conferências municipais, 495 intermunicipais e 26 estaduais, além de 19 plenárias no Distrito Federal; o Fórum Nacional de Educação (FNE), responsável pela organização da Conferência, sistematizou as discussões e produziu o documento-base. Mas, faltando menos de um mês para o evento, no dia 24 de janeiro deste ano, o Ministério da Educação (MEC) informou o adiamento da Conferência. “O evento ganhou uma grande dimensão, com a participação de quatro mil pessoas. Com isso, todos os custos referentes à logística, como transporte aéreo, alimentação, hospedagem, apresentados pela empresa organizadora do evento, são incompatíveis com o padrão de austeridade que o MEC destina a todas as suas ações e eventos. Como não há prazo hábil para uma nova licitação, a única opção viável foi o adiamento”, informou o MEC em nota enviada à Poli, por meio da sua assessoria de imprensa. A explicação não convenceu os movimentos sociais e militantes. “Todos consideram o adiamento lastimável; é fruto de uma decisão política, não administrativa”, diz Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A “decisão política” seria a tentativa de diminuir a pressão social sobre a votação do Plano Nacional de Educação, que está em discussão no Congresso Nacional, já que os movimentos sociais ligados à educação – e que estariam representados na Conae – têm defendido, por unanimidade, uma versão do PNE diferente da que o governo federal quer aprovar. Na mesma nota, o MEC se defende: “A nova data não traz prejuízos aos debates sobre as metas e estratégias do PNE, que deve ser votado até a realização da Conae em novembro”.

A defesa, no entanto, para por aí. Questionado sobre informações desconhecidas e demandado a prestar qualquer outro esclarecimento, mesmo aquelas que deveriam ser públicas, o MEC, também por meio de sua assessoria, se recusou a responder. Uma primeira contradição, por exemplo, é o fato de a nota sugerir que a grande “dimensão” do evento seria uma novidade quando, no regimento interno da Conae, aprovado em agosto de 2012, já estava prevista a participação de 4.500 pessoas. No final da nota de posicionamento público sobre o adiamento da Conae, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação cobra que o MEC “apresente, publicamente, documentos e as respectivas contas, que, em princípio, teriam justificado o cancelamento da Conae 2014 em fevereiro”. Procurada pela Poli, a assessoria de imprensa do MEC também se recusou a informar os custos. A única informação disponível a esse respeito foi publicada numa matéria do jornal O Globo, em que o jornalista Demétrio Weber afirma que a empresa responsável é a GV2 Produções e que o custo seria de R\$ 17 milhões.

Documento-base e PNE

No PNE, a maior tensão entre os movimentos sociais da educação e o MEC está na meta 20, que trata do financiamento. E a posição da sociedade civil organizada aparece claramente no documento-base da 2ª Conae, por exemplo, na proposta 457, que foi modificada para garantir que os 10% do PIB sejam aplicados exclusivamente na educação pública. Também na proposta 464, a redação do documento de referência falava em “consagrar o CAQi [custo aluno-qualidade inicial]”, mas os delegados propuseram uma mudança que torna o texto mais preciso: estabelece o prazo de dois anos da vigência do PNE para se “efetivar o CAQi nos moldes do parecer CNE/CEB nº 8/2010”, que, por sua vez, segundo a nova proposta, deve ser, homologado “imediatamente”. Adotando critérios de qualidade mais completos, esse parecer avança no cálculo dos valores que precisam ser empregados por aluno para cada segmento da educação. Segundo Daniel Cara, o CAQi é o maior problema do governo exatamente porque ele já está calculado. De acordo com o parecer do CNE, que o documento-base da Conae pede que seja homologado, para garantir o mínimo aceitável de qualidade para a educação básica, um aluno de ensino médio deveria custar R\$ 2.209,80 por ano, em valores de 2008. Para ensino fundamental, o custo seria de aproximadamente R\$ 2.100. “Significa que o governo federal vai ter que pôr a mão no bolso e cumprir o primeiro parágrafo do artigo 211 da Constituição Federal, depositando esse dinheiro nas contas do Fundeb de cada estado sem poder fazer política eleitoral”, explica Daniel Cara, que faz as contas: “Isso significaria, hoje, R\$ 46 bilhões transferidos da União para estados e municípios, conforme o número de matrículas”.

A segunda queda de braço política das versões em tramitação do PNE que aparece no documento-base da Conae diz respeito à relação público-privado na oferta de educação. As metas 11 e 12 do PNE tratam da elevação de matrículas da educação profissional e do ensino superior. A diferença principal é que, na versão da Câmara dos Deputados, essa expansão se dá no segmento público. Já o texto aprovado no Senado fala apenas em assegurar a “qualidade da oferta” no caso do ensino superior e garantir a “gratuidade”, no caso da educação profissional. Com isso, deixa a porta aberta para o financiamento público do ensino privado, presente em iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Na proposta 461 do documento-base da Conae, que originalmente tratava principalmente da autonomia universitária, foi incluído um trecho que chama atenção para a “crescente tendência de transferência de recursos públicos para instituições privadas não apenas nas etapas da educação básica como, também, no financiamento da extensão universitária”.

Em relação à educação profissional, a proposta 283 do documento-base da 2ª Conae faz referência à meta 11 do PNE. Originalmente, o texto falava em triplicar as matrículas de educação profissional, sendo 50% delas no segmento público. Mas a sociedade civil organizada, nas etapas municipais e estado-

Não se tem confirmação sobre esse valor, nem se sabe o que ele engloba, mas, se estiver correto e disser respeito apenas às providências da Conferência, ele, de fato, destoa dos valores de referência. A 14ª Conferência Nacional de Saúde, por exemplo, que reuniu 3.700 pessoas em 2011, teve o custo total de R\$ 7,75 milhões, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde. “Não se pode considerar que um problema de licitação, como foi alegado, não fosse percebido há mais tempo”, lembra Roberto Franklin, presidente da CNTE. De acordo com Daniel Cara, essa decisão em cima da hora trouxe, inclusive, outros prejuízos financeiros ao MEC, que teria precisado pagar multa pela não utilização do espaço que já estava reservado para o evento e pela devolução de algumas passagens que já haviam sido emitidas. A assessoria de imprensa do MEC também não informou se a GV2 foi contratada por licitação e que providências garantiriam um preço mais baixo numa nova licitação. Procurada, a empresa também não respondeu. De acordo com o Portal da Transparência, a GV2 recebeu do governo federal R\$ 67,3 milhões em 2013, dos quais R\$ 15,8 milhões foram de serviços prestados ao MEC.

ais das conferências, recusou essa divisão, estabelecendo, como nova proposta, que 100% dessa expansão deve se dar pela oferta pública. Na proposta 301, que falava em ampliação da gratuidade dos cursos oferecidos pelo Sistema S, um novo texto propõe ressaltar que, para isso, é preciso ter “controle social da gestão, do financiamento e da qualidade pedagógica dos cursos oferecidos”. “Para nós, não basta que as vagas sejam gratuitas, têm que ser públicas”, defende Roberto Franklin de Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Junto com a expansão da oferta, a defesa da universalização da educação também ganhou contornos mais específicos após as discussões nos estados. Emendas ampliaram,

por exemplo, de 85% para 100% a taxa de aumento das matrículas no ensino médio até o fim da vigência do PNE – que ainda nem foi votado. Tratando da educação no campo, onde o texto propunha universalizar o ensino fundamental, os delegados ampliaram para a educação básica. Já em relação à educação infantil, o texto final estende para cinco anos e 11 meses a faixa etária do que deve ser considerado universalização, estabelece que a ampliação da oferta deva ser pública e feita com professores “qualificados na área”. Além disso, determina o percentual da demanda que deve ser atendida no prazo de vigência do PNE.

Gestão democrática e valorização profissional

Outro aspecto da relação público-privado que aparece claramente como contribuição das etapas estaduais e municipais no documento-base da 2ª Conae é a defesa de que a regulação pública deve garantir a gestão democrática também nas escolas particulares. A criação de conselhos nas escolas e a eleição direta para diretor das escolas e instituições de nível superior são reivindicações que também foram incorporadas ao documento.

Mas os delegados explicitaram ainda que, para garantir a gestão democrática, é preciso criar e efetivar planos de carreira para os profissionais da educação que, entre outras coisas, reservem um terço da carga horária do professor para “atividades extra-classe”. De acordo com, Roberto Franklin de Leão, a pauta sindical na Conae se baseou num tripé formado por investimento, valorização dos profissionais e gestão democrática do ensino. “A gestão democrática é difícil de engolir pelos patrões das escolas particulares e também por alguns gestores da escola pública. Há propostas que apontam nesse caminho: valorização dos conselhos, a própria institucionalização do Fórum Nacional de Educação como local de avaliação da educação pública, etc. Carreira é uma expectativa de todos os profissionais da educação. Os que estão na rede

pública querem que ela seja valorizada, que dê expectativa de futuro. E os das redes particulares querem que ela exista. Porque a grande maioria dos conglomerados particulares hoje não tem carreira, os professores são muito explorados, não ganham bem e têm problema para receber salário”, explica.

Outras propostas

Embora não apareça no formato de uma proposta específica, de acordo com o coordenador da comissão de sistematização do Fórum Nacional de Educação, Arlindo de Queiroz, uma das emendas mais frequentes foi a substituição de palavras como “assegurar”, “providenciar” ou “prover” por “garantir”. “O garantir aparece como um grito de alerta dizendo que se quer efetivação de políticas públicas”, explica. Também nesse sentido, o documento-base problematiza um pouco mais a ideia, presente no texto original, de se criar uma Lei de Responsabilidade Educacional, estabelecendo, entre outras coisas, que essa responsabilidade educacional não pode ser medida a partir dos exames nacionais, numa referência aos processos de avaliação vigentes.

As propostas do eixo que tratava de inclusão e diversidade receberam muitos acréscimos que buscaram dar conta do máximo possível de grupos e segmentos – como negros, idosos, surdos e integrantes do movimento LGBTT - nas políticas de educação. Além disso, propôs-se a ampliação do escopo das políticas de “inclusão social” para além da baixa renda, considerando-se também o “estado de vulnerabilidade social” e a situação daqueles que cumprem medidas socioeducativas.

FNE e organização da Conae

Segundo o documento-base da Conae, o texto original recebeu 11.488 inserções a partir das discussões nos estados, o que representaria mais que o dobro da 1ª Conferência, em 2010. Ainda assim, o volume 1 do documento, que contém emendas aprovadas em pelo menos cinco estados, e que portanto vão à discussão na etapa nacional automaticamente, tem visivelmente poucas mudanças. Para o coordenador da comissão de sistematização do Fórum Nacional de Educação, que organizou a versão final do documento-base, isso se deve ao fato de o documento de referência, produzido pelo mesmo grupo, repetir, na forma de propostas, muitas deliberações da 1ª Conferência, que ainda não foram postas em prática. “Tudo que não foi emendado é porque já foi aprovado na Conae 2010”, diz Arlindo, ressaltando que o grande elemento conjuntural novo é a tramitação do PNE.

Para Daniel Cara, no entanto, a pouca quantidade de emendas que alterem o conteúdo do documento original indica também que a metodologia da Conferência precisa ser revista para a próxima edição. Ela acredita que, ao exigir a aprovação em pelo menos cinco estados para que uma emenda seja automaticamente discutida na etapa nacional, acaba-se beneficiando as grandes entidades. “Faço a autocrítica. Nós, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, aprovamos quase todas as nossas propostas”, exemplifica. Pela metodologia atual, as emendas aprovadas em menos de cinco estados não estão excluídas da discussão nacional, mas precisam ser destacadas e aprovadas numa plenária específica, logo no início da Conferência, para serem incluídas na pauta.

Na opinião do presidente da CNTE, outro problema é que, diante da dificuldade de se reunir e organizar as pessoas, o documento de referência acaba tendo um peso muito grande. “Esse é um processo que precisa ser melhorado. A opinião da base é importante”, diz Roberto Franklin. Outro problema que ele aponta é o fato de a representação em todas as etapas da Conferência, ser por segmento, sem garantir delegados próprios a entidades que organizam esses segmentos – como os sindicatos e centrais sindicais, por exemplo.

Mas a maior crítica ao processo da Conferência trata exatamente do Fórum Nacional de Educação. Um exemplo é que, segundo Daniel Cara, a emenda votada no maior número de estados - 17 - pedia a inclusão de representantes da educação infantil e da educação de jovens e adultos no FNE.

Para o presidente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, no entanto, o problema se evidenciou depois da decisão unilateral do MEC de adiar a conferência. De acordo com Daniel Cara, o espaço do Fórum, tanto nacional quanto estadual, municipal ou distrital, foi pensado para ir além do evento: deveria contribuir e acompanhar a aplicação das suas deliberações. “O FNE ficou menos importante com a forma como o MEC o tratou”, analisa, referindo-se ao adiamento. E completa: “Mas ele está em reformulação. Hoje, o Fórum é totalmente dependente do MEC. Precisa ter, por exemplo, dotação orçamentária própria”.

Foi o próprio FNE, como organizador da Conae, que informou publicamente o seu adiamento. E fez isso por meio de uma nota pública

em que lamentou a “postergação”, lembrando inclusive a tramitação do PNE, conclamou a sociedade a continuar mobilizada, e justificou o ocorrido como uma “decisão administrativa do MEC”. Vinte quatro entidades assinam a nota, inclusive setores do próprio MEC. Em notas próprias, desvinculadas do FNE, várias delas repudiaram publicamente o adiamento, classificado como decisão política. O FNE falou com a Poli sobre o documento-base, mas não quis se pronunciar sobre o adiamento da Conae. ●

Educação Profissional ausente das propostas da Conae

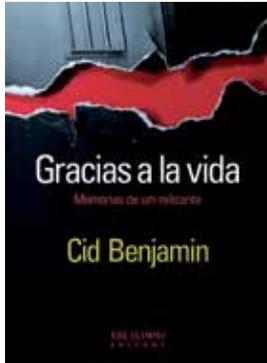
Poucas são as emendas sobre educação profissional constantes no documento-base da Conferência. Entre as contribuições que certamente serão discutidas na Conae, o segmento está representado em uma proposta que defende a expansão de matrículas no ensino público; outra que defende a oferta de cursos técnicos para a população prisional; uma cobrança de regulação do Sistema S; e outra que aumenta de 25% para 50% a taxa de matrículas de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional; além de algumas menções à formação inicial e continuada dos profissionais da educação. “Tem pouca presença da educação profissional em todo o processo, desde o documento preliminar até essa versão última”, diz Iracy Picanço, professora emérita da Universidade Federal da Bahia, que foi indicada para falar pelo GT de Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), embora ela ressalte que suas análises não traduzem posições discutidas e formalizadas no interior do Grupo. No volume 1 do documento, que contempla as propostas aprovadas em pelo menos cinco estados, não há, por exemplo, uma única referência direta ao Pronatec. Para Iracy, os pesquisadores e militantes da educação profissional ainda não tiveram tempo para “maturar” o “boom” que esse programa tem representado na educação profissional. “Trata-se de um programa que desestabiliza tudo que se vinha construindo com a presença do sistema público, seja pela rede federal, seja pelos sistemas estaduais, e traz a presença ativa e cada vez mais dinâmica do Sistema S e da iniciativa privada, que descobriu um excelente veio de investimento na educação, quase como uma mercadoria. Diante desse quadro, no meu entender, há ainda muita perplexidade, até do ponto de vista analítico”, diz. Ela destaca também o “primado dos projetos dissociados, sem definição de prioridades ou hierarquias e sem clareza em torno da ação dos agentes”. “Isso, a meu ver, é o condicionador principal para que se tenha, no resultado da Conferência nos níveis municipal e estadual, pouca reflexão e pouca proposta no campo da educação profissional”, explica. E completa: “Lamento profundamente o adiamento da Conferência, mas quem sabe, como consequência das tantas contradições que existem na sociedade, isso nos permita algum tempo para discutir e fazer incidir no PNE, que é a finalidade em tese da Conae, ainda alguns elementos que disciplinem a educação profissional, buscando atender de fato aos interesses dos jovens e adultos trabalhadores no país”.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação acha que a pouca referência à educação profissional indica que, apesar das críticas mais gerais, as pessoas da área estão satisfeitas com a quantidade de matrículas criadas pelo governo Lula nesse segmento.

“A Conferência tem que dar sinais muito claros para a sociedade. Não dá para ficar numa posição constrangida de crítica”, defende.

Dante Oliveira, professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (Ifet) do Rio Grande do Norte e delegado na conferência daquele estado, reconhece que o GT Trabalho e Educação da Anped, do qual ele também faz parte, não se organizou institucionalmente para ocupar o espaço das conferências, mas discorda que os militantes estejam se eximindo da crítica. Ele lembra, inclusive, que as três últimas Reuniões Anuais da Anped aprovaram moções contra o Pronatec, que foram enviadas ao Ministro da Educação, ao Congresso Nacional e à Presidência da República. A pouca presença dessa discussão no documento-base da Conae se justificaria, então, segundo ele, porque essa posição crítica ao Pronatec é minoritária. “Essa discussão é sufocada nas conferências intermunicipais e estaduais porque o pensamento majoritário na sociedade hoje é de que é importante essa educação profissional vinculada à empregabilidade e ao mercado de trabalho. Ideologicamente, o pensamento neoliberal conseguiu fazer isso penetrar na sociedade”, explica. E completa: “A própria juventude não compreende o alcance do direito que tem e aceita meia educação, consolidando aquela máxima de educação pobre para pobre”.

Gracias a la vida: memórias de um militante



Em 2014, diversas atividades estão programadas ao longo do ano para lembrar os 50 anos do golpe que instalou uma ditadura civil-militar no país. São seminários, palestras, exposições e lançamentos de livros e filmes que têm por objetivo lembrar uma “página infeliz da nossa história”, que começou no dia 1º de abril de 1964, durou oficialmente 21 anos e até hoje deixa marcas profundas na sociedade brasileira. Foi tempo de violências, perseguições, desaparecimentos, medos, e também de muita luta e resistência. Uma das obras lançadas recentemente que possibilitam entender melhor esse período é *Gracias a la vida: memórias de um militante*, de Cid Benjamin, publicado no final de 2013 pela José Olympio. Como diz o jornalista Milton

Temer no prefácio, o livro é “fundamental para o conhecimento do que se passou em nosso país e do que foi a vida no exílio de uma geração de brasileiros que não se dobrou ao assalto às instituições republicanas no golpe de 1964” (2013, p. 11). As lembranças reunidas em cerca de 300 páginas relatam acontecimentos que marcaram a trajetória pessoal do autor e de toda uma geração de lutadores, como a opção pela luta armada, a vida na clandestinidade, a prisão, a tortura, a perda de companheiros assassinados pela repressão, a saída do Brasil, as dificuldades de recomeçar a vida em outros países, o retorno à terra natal com a Lei da Anistia em 1979 e o engajamento em novas possibilidades de sonho.

Além das passagens individuais, no livro estão acontecimentos que ficaram registrados na história do nosso país, como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick em 4 de setembro de 1969. Cid Benjamin, na ocasião integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi um dos executores da ação, relatada em um capítulo intitulado ‘Golpe de mestre’ (p. 105), recheado de curiosidades e cenas dignas de um filme de ação. Tudo isso contado com uma linguagem bastante acessível, como se o autor batesse um papo sério e ao mesmo tempo descontraído com seu leitor.

No entanto, *Gracias a la vida* não pode ser definido simplesmente como uma biografia, como alerta o próprio Cid Benjamin na ‘Apresentação’ do livro. As memórias muitas vezes servem de incentivo para que o autor promova reflexões críticas acerca do passado e do presente também. Os capítulos finais, por exemplo, tratam da esperança com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da desilusão com a “estrela” que aos poucos perdeu seu brilho e, para o autor, se apagou. Na sua opinião, “a dura verdade é que, em dez anos no governo federal, o PT não tomou uma só medida que se chocasse frontalmente com os interesses da classe dominante” (p. 270). Cid Benjamin reconhece certos avanços no país, mas lamenta a continuidade da política econômica herdada dos tucanos, citando as privatizações, a falta do avanço no importante debate sobre a regulamentação da mídia e o combate aos monopólios no setor de comunicação, a manutenção da injusta política tributária etc.

Apesar do desapontamento, o autor afirma que “navegar é preciso” e, portanto, aqueles que acreditam num país justo e solidário devem continuar a batalha por construí-lo. Arrependimento? Cid Benjamin deixa claro que não há. O título escolhido para o livro, referência à bela canção da chilena Violeta Parra, mostra que o autor tem motivos de sobra para agradecer à vida, apesar das críticas e autocríticas apresentadas em muitos momentos de sua obra. Ele nos diz: “Tenho orgulho de fazer parte de uma geração que tentou alcançar as estrelas e mudar o país e o mundo, que viveu com ardor a política no seu sentido mais nobre. Que não hesitou em tomar partido e, de forma corajosa, se jogou em defesa das propostas mais generosas para a humanidade” (p. 18). ●

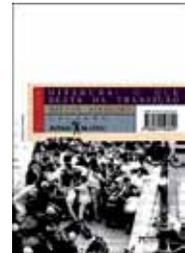
Gracias a la vida. Cid Benjamin. Editora José Olympio, 2013.

Por Sheila Jacob, jornalista do Núcleo Piratininga de Comunicação e mestre em Literatura e Língua Portuguesa.

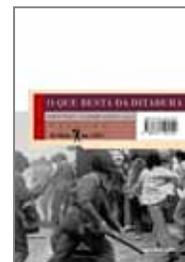
PUBLICAÇÕES



A ditadura que mudou o Brasil
Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta
Zahar, 2014, 272p.



Ditadura: o que resta da transição
Milton Pinheiro (org.)
Boitempo, 2014,



O que resta da ditadura
Edson Telles e Vladimir Safatle (orgs.)
Boitempo, 2010, 350p.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL

No dia 1º de dezembro de 1955, a costureira Rosa Parks ia para o trabalho de ônibus na cidade de Montgomery, capital do estado americano do Alabama, onde então vigorava uma lei de segregação racial no transporte público municipal. A lei dizia que as primeiras fileiras de assentos dos ônibus que circulavam pela cidade eram reservadas a passageiros brancos. Os negros eram obrigados a sentar-se na traseira dos veículos. Negra, Rosa Parks ocupava um assento no meio do ônibus quando foi abordada pelo motorista da condução, que pediu que ela e mais três passageiros negros desocupassem seus assentos para dar lugar a quatro passageiros brancos que haviam acabado de entrar no ônibus. Ao negar-se a ceder seu assento, Rosa foi presa e fichada. Seu ato, porém, entraria para a história do movimento pelo fim da segregação racial nos Estados Unidos, ao servir de estopim a um boicote organizado pela população negra aos ônibus urbanos de Montgomery em protesto contra a lei injusta, que acabaria sendo revogada pela Suprema Corte americana no final do ano seguinte.

Hoje, é praticamente impossível encontrar quem conteste a legitimidade da atitude de Rosa Parks ao infringir a lei de segregação racial nos ônibus de Montgomery. Seu ato ajudou a chamar a atenção para as injustiças sofridas pela população negra dos Estados Unidos, em uma época em que o racismo era amparado na lei. Ao negar-se a cumprir uma lei injusta, e ser presa por isso, Rosa fez uso da chamada desobediência civil, forma de protesto que joga luz sobre as contradições muitas vezes existentes entre legalidade e legitimidade no campo jurídico.

E a desobediência civil tem raízes profundas na história. No livro

‘O que é desobediência civil’, o professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) Evaldo Vieira lembra que no rol das personagens históricas que desafiaram a ordem vigente por meio do descumprimento de determinadas leis figuram nomes como o do filósofo grego Sócrates, que viveu no século 5 a.C. Sócrates preferiu a morte ao exílio depois de ser julgado por um tribunal de Atenas que o acusou de subversivo, por pregar ideias contrárias às tradições e crenças religiosas dos atenienses de então.

No entanto, escreve Evaldo, o conceito ganhou forma a partir das revoluções liberais do século 18, que consagraram ideais que estão na base dos Estados nacionais modernos. Entre eles está a ideia de que todos os cidadãos são iguais perante a lei - expressão da vontade geral - e de que todos têm direito de participar de sua formação, seja diretamente ou por meio de representantes eleitos. Consubstanciados nos textos das constituições de diversos países - inclusive na do Brasil - e em inúmeros acordos internacionais de direitos humanos, esses ideais servem muitas vezes de parâmetro para definir quando é legítimo desobedecer a uma lei, ainda que seja impossível estabelecer em um texto jurídico a desobediência civil, já que ela pressupõe o descumprimento da lei. No artigo ‘A desobediência civil como defesa da Constituição’, Maria Garcia, professora de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), conceitua a desobediência civil como “a forma particular de resistência ou contraposição, ativa ou passiva do cidadão, à lei ou ato de autoridade, quando ofensivos à ordem constitucional ou aos direitos e garantias fundamentais, objetivando a proteção das prerrogativas inerentes à cidadania”. Para a professora, a desobediência civil é “um instrumento ativo do cidadão no exercício do poder e, portanto, instrumento da democracia”.

Exemplos de desobediência civil

E é com base na Constituição Federal de 1988 que o professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Marcelo Carvalho Rosa legitima a ação de movimentos sociais que têm, historicamente, se utilizado da desobediência civil como forma de reivindicar direitos. É o caso das ocupações de terra promovidas pelos movimentos que lutam pela realização de uma reforma agrária no país, que problematizam o direito à propriedade da terra. “A relação das ocupações com o direito constitucional fica clara quando percebemos que os números desse tipo de mobilização cresceram exponencialmente no Brasil após a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no capítulo III, título VII, da Constituição Federal. Aprovada em 1993, a lei 8.629 define critérios de produtividade e de uso do solo em propriedades rurais para que elas sejam consideradas produtivas. A mesma lei também define formas de desapropriação e distribuição de terras consideradas improdutivas ou que não cumprem sua função social”, escreve Marcelo, no verbete ‘Ocupações de Terra’ do Dicionário da Educação do Campo, editado pela EPSJV/Fiocruz em parceria com a Expressão Popular. Nesse sentido, continua o autor, ainda que seja pejorativamente chamada de “invasão” pelas classes proprietárias, denotando sua ilegalidade, a ocupação tem servido para “promover o direito de acesso à terra para quem deseje fazer um uso social justo de sua propriedade”, e para “estabelecer limites ao direito de propriedade em casos de uso meramente especulativo do solo brasileiro, de cultivos

ilegais e da exploração ilegal de trabalhadores (trabalho escravo)”.

Miguel Baldez, procurador aposentado do Estado do Rio de Janeiro e professor da Universidade Cândido Mendes, argumenta que as ocupações ampliam a possibilidade de aquisição da terra num contexto em que o ordenamento jurídico se coloca como obstáculo para a efetivação desse direito pelos trabalhadores. “Se você fizer uma avaliação jurídica, vai perceber que são poucos e inacessíveis aos trabalhadores os meios de aquisição da propriedade no Brasil. O registro imobiliário, ou seja, a compra e venda, que exige disponibilidade de dinheiro; a sucessão hereditária, que serve para consolidar patrimônios já formados; o usucapião, que foi democratizado, mas que serviu historicamente para engrossar o latifúndio; e a acessão. Não tem mais nenhuma maneira de entrar na propriedade no Brasil. O que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra faz, com as ocupações, é promover um ato político de grandes efeitos jurídicos, ao negar os fundamentos do direito burguês, e criar um modo novo de aquisição da propriedade, baseado na posse coletiva da terra”, defende Baldez.

Outro exemplo de aplicação da desobediência civil por movimentos sociais são as ações das rádios comunitárias, no contexto da luta pela democratização da comunicação no Brasil. “Nós entendemos a comunicação como um direito humano e, a partir disso, lutamos para que cada país garanta esse direito com suas leis e políticas públicas. Em muitos países, como o Brasil, no entanto, esse direito é criminalizado. Por isso defendemos que a população também exerça seu direito humano à comunicação, que é garantido por acordos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante a liberdade de expressão e o direito à comunicação no seu artigo 19”, explica o jornalista Arthur William, integrante da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc).

Segundo ele, no caso do Brasil, a desobediência civil é, de uma forma ou de outra, utilizada por praticamente todas as rádios comunitárias, uma vez que a lei criada para regulamentar a radiodifusão comunitária no país – a lei 9.612/98 - coloca inúmeros obstáculos para o funcionamento dessas rádios. Segundo Arthur, hoje existem 10 mil rádios deste tipo operando na ilegalidade no país. “A lei não veio no sentido de garantia e sim para restringir. Ela foi feita sob medida para os empresários de comunicação, para que as rádios comunitárias, que vinham crescendo naquele momento, ficassem limitadas, virassem sinônimo de rádio pequena, pobre, de baixa audiência”, critica, para em seguida enumerar os critérios da lei que, na prática, inviabilizam o funcionamento das emissoras. “A lei diz, por exemplo, que as rádios comunitárias devem operar fora das frequências das rádios comerciais, que vai de 88 MHz até 108 MHz no Brasil e em boa parte do mundo. Então, a maioria dos aparelhos nem pega frequências fora desse espectro. No Brasil as rádios comunitárias, pela lei, funcionariam em 87,5, 87,7, 87,9 MHz. Ou seja, elas foram feitas para que ninguém as ouça”, avalia. Além disso, a lei obriga que as rádios comunitárias operem com transmissores de, no máximo 25 W de potência – 10 mil vezes menor do que a de uma rádio comercial – e um km de alcance. “Posso ter uma comunidade como uma favela pequena em que uma rádio com 25W e um km de raio sirva, mas se eu tenho uma comunidade indígena ou quilombola, ou mesmo uma cidade que não tenha nenhuma emissora, como Arraial do Cabo [RJ], por exemplo, isso não é suficiente”, explica. A lei proíbe ainda que as emissoras comunitárias veiculem publicidade comercial o que, para Arthur, reflete o receio das emissoras comerciais de perderem anunciantes para as comunitárias. “Quase todas fazem a publicidade do comércio local, porque o pequeno comerciante não tem dinheiro para anunciar nas grandes rádios. A rádio comunitária poderia ser um veículo de incentivo à economia local, mas mesmo o pequeno anunciante não pode pela lei anunciar. Para que a rádio e o comércio local não morram, as rádios anunciam publicidade do comércio local e são perseguidas por causa disso, têm que pagar multa de R\$ 5 mil e muitas vezes têm sua licença cassada”, argumenta. Nesse contexto, diz Arthur, são frequentes os casos de rádios comunitárias que são levadas a descumprir o que diz a lei para conseguirem funcionar. Arthur explica que o uso de transmissores mais potentes, a transmissão em faixas de frequência proibidas pela lei e também a operação sem licença do poder público – uma vez que em muitos casos os processos de legalização demoram mais de dez anos para serem concluídos – são estratégias adotadas pelas rádios comunitárias para se manter em funcionamento, ainda que à revelia da lei.

Novo direito

Mas para Miguel Baldez há um limite para o que a desobediência civil é capaz de alcançar em termos de incorporação das demandas dos trabalhadores ao universo das leis. O professor argumenta que isso se dá porque, numa sociedade de classes, o direito é a principal forma de controle dos trabalhadores pelos setores dominantes. Para Baldez, mais do que um instrumento para pressionar pela efetivação de direitos previstos na legislação brasileira, a desobediência civil deve ser uma forma de os movimentos tensionarem os limites do direito liberal no que se refere aos trabalhadores. “Ninguém com bom senso teria dúvida de que vivemos em um sistema de classes. Nesse sentido entendo a desobediência civil como a proposta de um novo direito, que nasce da luta dos trabalhadores contra um sistema excludente ancorado num ordenamento jurídico construído em função da dominação de uma classe”, afirma Baldez. ●

André Antunes